



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**“NÃO TENHO E NÃO QUERO”: O NÃO DESEJO DE MATERNIDADE EM
MULHERES BRASILEIRAS**

Daniele Fontoura da Silva Leal

**Brasília – DF
2019**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**“NÃO TENHO E NÃO QUERO”: O NÃO DESEJO DE MATERNIDADE EM
MULHERES BRASILEIRAS**

Daniele Fontoura da Silva Leal

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Prof. Dra. Valeska Maria Zanella de
Loyola

**Brasília - DF
2019**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA
EXAMINADORA:

Profa. Dra. Valeska Maria Zanello de Loyola – Presidente
Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Cristina Maria Teixeira Stevens – Membro Externo
Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Isabela Machado da Silva – Membro Interno
Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos – Membro Suplente
Universidade de Brasília – UnB

Brasília, julho de 2019

*À todas as mulheres que vieram antes.
À todas as mulheres que virão depois.
Aos filhos que não nascerão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família, aos meus pais, Gerônimo e Lindinalva que tudo me deram para que eu chegasse até aqui. Aos meus irmãos, Fábio e Raphael, companheiros de jornada e aprendizado nessa família tão linda. Às minhas cunhadas, Patrícia e Paula a quem considero e amo como as irmãs que sempre desejei ter. Às minha sobrinhas, Ana Beatriz e Ana Sofia, por quem tenho um amor tão profundo e forte, a ponto de querer deixar um mundo melhor em tudo o que faço pensando nelas. Aos meus amados sogros, Aguinaldo e Izildinha que ocupam a instância de Pai e Mãe em minha vida. Aos meus avós, pessoas fortes e a quem honro a história de bravura e sobrevivência. Estou certa de que não haveria melhor família onde eu poderia estar. Também, com muito orgulho e força, sou eternamente grata por ser nordestina.

Ao meu marido, Paulo, para quem me faltam palavras para expressar tamanha gratidão pelo companheirismo, incentivo e torcida. Você foi o primeiro e maior apoiador desde o dia em que decidi abraçar uma nova carreira, que culmina neste momento tão especial. Obrigada pela vida feliz que temos junto aos nossos amados Allegro e Emma, que nos mostram a cada dia que uma família é formada por amor e que o parentesco é ínfimo. Amo você.

À Valeska Zanello, esta mulher tão aguerrida, apaixonada e comprometida com seu propósito em educar e formar pessoas com ética e conhecimento. Você planta sementes nos corações das pessoas com quem entra em contato. Obrigada pelo carinho, parceria, amizade e pelas sementes que você plantou em mim. Obrigada por bancar junto comigo esta pesquisa que me é tão cara e importante. Também agradeço ao grupo Saúde Mental e Gênero, onde tenho aprendido com o coletivo e com os indivíduos. Obrigada à Mari Pedrosa e Aline Xavier por terem me aberto as portas dos estudos mais focados em gênero.

Ao meu amigo irmão de uma vida inteira, Guaraci, com quem divido minhas horas de almoço, meus memes mais engraçados e minhas confidências mais profundas. Também agradeço às amadas Manu, Yara, Renata, Pati Formigoni, Erika Pessoa, Fernanda Insfrán, Júlia, Lila, Iris, Midori, Bella, Nivea, Carol Berçot, Pati Moretti, Bia Rivera e Lorena pelas trocas amorosas que aquecem meu coração. À Mari Leal e nossas conversas em longos áudios sobre nossas experiências e elaborações do nosso não desejo de maternidade. Aos amados Asfora, Ali, MR, Duda e Daniel Moura pelos momentos de conversa, risadas, cafezinhos e reflexões. Ao Lipe de Baére pelo simples fato de existir e tornar minha vida melhor desde que o conheci. Agradeço ainda aos queridos do grupo “Amigos, vinho e leite”,

Patrícia, Ricardo, Tereza e Jorge que nos acolheram com tanto carinho quando chegamos em Brasília.

Às amigas de Sindicato Rosa, Glaucia e Luciana Lira, que talvez nem imaginem o quanto são especiais, pois foi com elas que comecei a minha trajetória nos estudos de classe, gênero e raça, que hoje me trazem até aqui. A Luciana Pinto e Helena por nossas risadas felizes e pelas escapadinhas nas Brasília pra um café, sempre que dá. Agradeço as queridas Luciana Setúbal, Bianca Costa e Manuela Melo que viabilizaram a minha pesquisa me instruindo na biblioteca, me ajudando com as transcrições e com as formatações.

Agradeço às minhas analistas Nazilda, Juliana e Jane por terem me dado um suporte tão necessário, acolhedor e forte para a construção da pessoa e da psicóloga que sou hoje. Com vocês aprendi o quão importante é, para além do conhecimento psicológico, ter humanidade e amor no setting terapêutico. Também agradeço aos meus pacientes, que mais que isso, são presentes em minha vida.

Aos meus ex-alunos com quem dividi a linda experiência de lecionar e com eles, reconhecer que a paixão pela sala de aula virou amor e sonho de um dia retornar. O meu agradecimento especial ao Antônio Rabelo com quem muito aprendi a ensinar.

Agradeço ainda ao ex-presidente Lula e à ex-presidenta Dilma, por trazerem aos menos favorecidos a oportunidade de sonhar com um Brasil melhor, dando maior acesso à universidade pública, investindo em educação e colorindo os espaços públicos onde antes só havia o branco. Também agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo investimento em pesquisas e nos pesquisadores do país.

Por fim, mas igualmente importante, agradeço à UnB e ao Instituto de Psicologia por essa grande oportunidade. Minha paixão, admiração e gratidão por esta Universidade só crescem. Até a volta!

Leal, D.F.S. (2019). *“Não tenho e não quero”*: o não desejo de maternidade em mulheres brasileiras. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

RESUMO

A presente dissertação se propõe a discutir o fenômeno do não desejo de maternidade em mulheres com capacidade biológica de procriação. Dois artigos a constituem. O primeiro artigo teve como objetivo fazer uma revisão sistemática da literatura acerca do tema. As bases de pesquisa utilizadas (Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, Capes, ProQuest e Scielo) contemplaram as três Américas: do Sul, Central e do Norte. Foram encontrados 34 artigos. A análise revelou uma produção mais antiga e extensiva por parte dos Estados Unidos e do Canadá, países que vêm produzindo conteúdo relacionado ao tema há pelo menos quatro décadas. Já nas Américas Central e do Sul, foi encontrada uma quantidade incipiente de publicação e a mais antiga data do final de 1990. Com relação ao Brasil, foram encontradas seis publicações, todas realizadas nas regiões Sul e Sudeste; ficando de fora dos estudos as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apesar de o tema aparecer ligado, recorrentemente, às mudanças culturais que tangem os papéis sociais das mulheres, as bases epistemológicas adotadas, no geral, apontam para reflexões ainda pouco apoiadas nas teorias de gênero. O segundo artigo traz a perspectiva de 10 mulheres entrevistadas para este trabalho que declaram não desejar ter filhos. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo (Bardin, 1977) e as falas foram elencadas nas seguintes categorias: 1. Histórias fora da caixinha do ‘ser menina’ 2. O que significa ‘maternidade/ ter um filho’, 3. Não ter filho: por que e para quê? e 4. Pressão social x Apoio. Os resultados mostram que as mulheres, além da questão do não desejo de ter filhos, trazem várias reflexões acerca do mal estar da maternidade nos dias atuais, colocando em xeque, ainda que de forma silenciosa, representações idealizadoras da função e do trabalhos maternos. Recomenda-se que sejam realizados mais estudos sobre a decisão de não ter filhos por falta de desejo/vontade por parte das mulheres, nuances do perfil demográfico dessa população, bem como questões subjetivas e sociais implicadas.

Palavras-chave: não maternidade, sem filhos, não desejo

Leal, D.F.S. (2019). *“Não tenho e não quero”*: o não desejo de maternidade em mulheres brasileiras. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

ABSTRACT

This dissertation propounds to discuss the phenomenon of no desire for motherhood in women with biological procreation capacity. Two articles constitute it. The first paper aimed to perform a bibliographical review. The databases used for research (Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, Capes, Proquest and Scielo) covered the three Americas: South, Central and North. 34 papers were found. The analysis revealed an earlier and more extensive production in the USA and Canada, countries which have been producing content related to the subject for at least four decades. In Central and South America, an incipient amount of publications were found, and the earliest is from the final of the 1990s. Regarding Brazil, 6 publications were found, all carried out in the South and Southeast regions of the country; which left out of the studies the North, Northeast and Midwest regions. Although the theme is recurrently linked to the cultural changes that refers to the social roles of women, the epistemological bases adopted, in general, still do not rely much on gender theories. The second article presents the perspective of 10 women interviewed for this work who declare that they do not wish to have children. The methodology adopted was the content analysis (Bardin, 1977) and the statements were listed in the following categories: 1. Stories outside the box of 'being a girl' 2. What does 'motherhood / having a child' mean? 3. Not having a child: why and for what? 4. Social pressure x Support. The results show that women, in addition to the question of not wanting to have children, bring many reflections about the uneasiness of motherhood in the present day, putting in question, although in a silent way, idealized representations of maternal function and work. We recommend that more studies to be done about the decision to not have children due to lack of desire on the part of the women, nuances of the demographic profile of this population, as well as subjective and social issues involved.

Keywords: no-maternity, childless, no desire.

LISTA DE SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDC	Centers for Diseases Control and Prevention
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
EUA	Estados Unidos da América
HRS	United States Surveys Health and Retirement Study
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NSFH	National Survey of Families and Households
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ProUni	Programa Universidade para Todos
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
ARTIGO 1 – O NÃO DESEJO DE MATERNIDADE: UM FENÔMENO CRESCENTE, MAS AINDA POUCO PESQUISADO NO BRASIL	18
RESUMO	18
INTRODUÇÃO	19
MÉTODO	22
RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
CONCLUSÕES	50
REFERÊNCIAS	52
ARTIGO 2 - NÃO TENHO E NÃO QUERO TER FILHOS”: UMA LEITURA DAS QUESTÕES SUBJETIVAS IMPLICADAS NA OPÇÃO PELA NÃO MATERNIDADE, DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	58
RESUMO	58
INTRODUÇÃO	59
MÉTODO	63
RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
CONCLUSÕES	92
REFERÊNCIAS	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102
ANEXO A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	104

INTRODUÇÃO

*“Não tive filhos,
não transmiti a nenhuma criatura o
legado de nossa miséria”.*

Memórias póstumas de Brás Cubas
Machado de Assis, São Paulo: Ática, 1992.

*“Não deverão gerar filhos
quem não quer dar-se ao trabalho
de cria-los e educa-los”*

Platão

*“Não sinta pena de mim por uma ausência de lar,
não sinta raiva também,
só não preciso de ninguém pra me completar”*

Mamãe mamãe, Dillo, 2016.

Os estudos de gênero constituíram uma importante parte da minha formação profissional como psicóloga e, por que não dizer, como pessoa. Todas as mulheres que se intitulam feministas dizem que o são desde antes de conhecer o conceito do Feminismo e comigo não foi diferente. O olhar que o gênero traz é de tamanha importância que nos permite dar novo significado para velhas situações, dando visibilidade ao que antes se punha no lugar do “não dito” ou, em seu polo oposto, o do “é desse jeito mesmo”. Assim, a partir do contato com os estudos de gênero, pude pensar em resgatar para o meu projeto de pesquisa uma pergunta que me acompanha desde a tenra idade “Por que as mulheres têm filhos?”.

Não consigo precisar quando exatamente tal pergunta começou a me acompanhar, mas é certo que o questionamento é fruto de observações que vêm desde a infância, desde quando as coleguinhas de escola sonhavam em ser mães, escolhiam nomes para seus futuros filhos e eu, embora entrasse na brincadeira e também tivesse “os meus filhos imaginários”, queria mesmo era ser cientista e astronauta para poder conhecer o Luke Skywalker. Com a

chegada da adolescência, os filhos, que antes eram de brincadeira, começaram agora a tornar-se realidade para as colegas da escola. Via expressões de um escândalo resignado, dada a pouca idade das colegas que, uma a uma, iam sucumbindo à tão temida (pelo menos para mim) gravidez na adolescência. Também percebia uma espécie de alegria naqueles rostos que agora conseguiam algum status de maturidade, pelo filho, pelo pai do filho, pelas mulheres mais velhas que compartilhavam com as novas grávidas uma espécie de cumplicidade, como se tivesse acontecido uma espécie de promoção dentro do “Clã da mulheridade”. A minha pergunta continuava lá, mas eu ainda não conseguia encontrar a resposta. Seria preciso engravidar e ter um filho para ascender a esse lugar dentro do espectro do ser mulher? Só existe um caminho? Por que tem que ser esse caminho?

Durante a formação e trajetória profissional, já na transição para a idade adulta, começou a ficar bem claro para mim que a felicidade estava (e ainda está) nos estudos, nas conquistas mais voltadas ao âmbito pessoal, na carreira profissional e acadêmica, mas não nos filhos, que um dia foram verbalizados, mas nunca de fato desejados, planejados, e que a partir dali já não encontravam mais lugar nas projeções de uma vida de sucesso. Dentro da Psicologia, encontrei muitas teorias interessantes, mas nenhuma que me ajudasse a responder à minha pergunta de estimação “Por que as mulheres têm filhos?”; pelo contrário, as teorias essencializavam o lugar da maternidade para a mulher, sem problematizar, no entanto, a própria maternidade ou mesmo o contexto em que tais teorias foram forjadas. Após entrar em contato com as teorias e reflexões que se utilizam dos estudos de gênero, classe e raça, soube que era o momento de tentar responder à pergunta que me acompanha desde sempre.

A partir do contato com os estudos feministas, descobri que poderia ressignificar vários lugares antes relegados à mulher como um todo. Descobri inclusive que poderia responder à minha pergunta com uma investigação mais profunda e elaborada, encontrando mulheres que, como eu, não se identificam nem sonham com o lugar de mãe. Embora saiba

que existam muitas mulheres que se realizam sendo mães, o que acontece com todas as outras para quem a maternidade não é um sonho, muito menos uma realização? Por que a maternidade aparece tão ligada às mulheres a ponto de se supor, no imaginário social, que toda mulher quer necessariamente ser mãe? Não poderia ser apenas a capacidade biológica a resposta.

Nesse contexto, surgiu o interesse de entender tais fenômenos na perspectiva do gênero com as interseccionalidades de raça e classe, para tentar entender como esse lugar de maternidade para a mulher foi sendo construído. Em certo momento da história, como aponta Federici (2017), vários países da Europa entre os séculos XVI e XVII mantiveram políticas de repressão e controle, exercido pela violência, sobre os corpos das mulheres. Isso culminou em uma escravização e submissão das mulheres ao Estado, aos homens, ao mundo privado do lar e da família e, conseqüentemente, à procriação. A caça às bruxas, que durou mais de dois séculos, nada mais foi do que uma “pedagogia afetiva” (Zanello, 2018) às mulheres que ainda resistiam à cultura patriarcal, ao mesmo tempo que destruía muitos saberes dominados pelas mulheres, dentre eles, os métodos contraceptivos. Em contrapartida, surgia um discurso de supervalorização de um modelo enquadrado como sendo da “feminilidade”: passiva, obediente, casta, assexuada, mais obediente e moral do que os homens, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas.

A partir do final do século XVIII, com o advento do capitalismo, todos os esforços feitos no sentido de instaurar um sistema de sujeição dos corpos (Foucault, 1996) se consolidaram, criando a maternidade como a conhecemos nos dias de hoje. Em Badinter (1985), podemos acompanhar vasta pesquisa na qual se aponta o quanto o amor materno, ao longo do tempo, foi sendo cativado e naturalizado, bem como o “instinto materno” e o amor da mãe pelo filho. Várias ciências contribuíram para que se popularizasse essa noção de que mulher, maternidade e amor materno permanecessem ligados até a atualidade (Del Priore,

1993; Freire, 2008), sendo difícil lidar com a ideia de que existem outras possibilidades de viver dentro da esfera do ser mulher. A Psicologia não ficou de fora e teve, nessa construção, uma boa parcela de responsabilidade, que se estende até os dias atuais (Zanello, 2016).

Vários outros campos do saber social também contribuíram, e mesmo hoje continuam a contribuir, para a divulgação destes ideais, tais como a religião, a filosofia e a ciência médica, além dos meios de comunicação, fortalecendo a representação social de que a mulher, se ainda não o é, se tornará mãe em algum momento da vida (ou pelo menos deveria). Os discursos, muitas vezes de convencimento, vão desde “a vontade de deus” e a “finalidade da mulher” até “o que é bom para a saúde do útero” e “para evitar câncer de mama” (Matos, 2003; Vieira, 2002). Esses discursos constituem-se como verdadeiras “tecnologias de gênero (Lauretis, 1984) e servem não apenas como representação desses ideais, mas para sua manutenção e reafirmação (Zanello, 2018). Nesse sentido, não é à toa que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] 2014), quase 79% da população brasileira acredita que o sonho de toda mulher é casar-se, bem como quase 60% também acredita que a mulher só se sente realizada quando tem filhos. Isso demonstra que ainda vigoram, e muito, valores patriarcais sobre a mulher e as representações sobre o que ela deve ser.

No entanto, no começo da década de 60 do século passado, uma nova “descoberta” abriu a porta para a possibilidade de uma “revolução” dos costumes e, principalmente, para o que era ressentido como o “destino de ser mulher”. A chegada da pílula anticoncepcional e, posteriormente, outros métodos contraceptivos, colocou as mulheres em posição de escolha sobre quando e se terão filhos. Segundo aponta o Fundo de População das Nações Unidas [UNFPA] (2019), nos últimos 25 anos, a prevalência de métodos contraceptivos aumentou em 25% e gravidezes indesejadas caíram 25% no mundo. Apesar disso, essa possibilidade de escolha não tem sido apresentada de maneira igualitária a todas, sendo o acesso – tanto à

educação sexual e reprodutiva, quanto aos métodos de contracepção – restrito, em caso de mulheres pobres (no Brasil, composto majoritariamente por mulheres negras) (UNFPA, 2018). O mesmo ocorre em relação à interrupção da gravidez indesejada em nosso país: por ser criminalizada, somente aquelas com melhores condições financeiras conseguem ter acesso a métodos seguros, como o uso do Misoprostol (Diniz, 2017).

De um lado, o discurso social, predominantemente marcado pela apologia ao ter filhos como realização das mulheres (seja biológica, seja religiosa, seja existencial); de outro lado, a possibilidade de escolha com o controle da natalidade, bem como a contestação da felicidade materna, sobretudo pelos feminismos e estudos de gênero, têm trazido questionamentos e dissonâncias cognitivas, afetivas e existenciais para algumas mulheres. O que se coloca em xeque é se querem mesmo ter filhos e se vale a pena para elas. Nesse sentido, faz-se mister diferenciar mulheres que não querem ter filhos daquelas que simplesmente não podem tê-los, pois se trata de fenômenos com implicações e ressonâncias subjetivas distintas (Zanello, 2018) dentro do universo da não natalidade.

O objetivo desta pesquisa foi tentar conhecer quais fatores subjetivos estão implicados na decisão ativa de mulheres (biologicamente capazes de procriar) que declaram não desejarem ter filhos. A perspectiva adotada foi a dos estudos em saúde mental e gênero, com o uso das categorias analíticas dos dispositivos (Zanello, 2018). Para a autora, homens e mulheres, em culturas sexistas como nosso país, possuem caminhos privilegiados de subjetivação, ou seja, para os homens existe o que ela chama de ‘Dispositivo da eficácia’ que se perpetua através da virilidade¹ sexual e laborativa, ou seja, tornar-se homem é funcionar ativamente e constantemente atendendo aos dois requisitos do dispositivo.

¹ Aqui a virilidade é sinônimo de potência.

Para as mulheres, os Dispositivos são o ‘Amoroso e o Materno’. No primeiro, a autora nos traz a noção de que o tornar-se mulher é mediado pelo olhar de outro na relação consigo mesma, fazendo com que o “xis” da questão gire em torno do ser amada e escolhida por esse outro. É importante salientar que tal dispositivo é mediado pelo ideal estético (Zanello, 2018), que elege um perfil a ser alcançado ou perseguido por toda a vida. Em nossa sociedade, este perfil possui as seguintes características: branco, louro, magro e jovem. Se temos um perfil branco como o modelo ideal de beleza, quanto mais distante a mulher estiver deste perfil, menor é a possibilidade de ela ser escolhida, e assim, ter a ilusão de uma realização via dispositivo amoroso. Podemos então deduzir que as mulheres negras, gordas, deficientes e velhas estão em posição muito vulnerável, pois podem jamais serem escolhidas. No caso das mulheres negras ainda há a questão da objetificação sexual, herança do período de escravização dos povos africanos no Brasil, e que se perpetua até os dias atuais (Del Priori, 1993).

No dispositivo materno, os ideais de maternidade pregados a partir do século XVIII, aqui se juntam ao ideal de abnegação e o amor incondicional – que se prega – que toda mãe tem ou terá por seu(s) filho(s) trazendo promessas de realização e completude às mulheres. Mas o que acontece na verdade é a supervalorização e exaltação ao papel social de mãe (Scavone, 2001), e na mesma medida em que as responsabilidades e cuidados maternos vão aumentando, também aumentam o valor e a naturalização da mulher dentro desse papel.

O presente estudo foi dividido em dois capítulos. No primeiro, foi realizada uma revisão sistemática da literatura científica produzida sobre o tema da não maternidade em mulheres biologicamente capazes de procriarem. Para tanto, foram consultadas plataformas científicas de referência nas três Américas (Latina, Central e do Norte), a saber: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Capes, ProQuest e Scielo. Foram selecionados 34 artigos. Buscou-se não apenas identificar os estudos realizados, mas também analisa-los nos seguintes

quesitos: ano de publicação, quantidade de publicações por década, país de publicação, número de autoras/es dos artigos, universidade/região da publicação, tipo de estudo (teórico x empírico), área de estudo, teóricas/os da área de maternidade, teóricas/os da área de gênero e por fim, qual o enfoque dado ao ‘não desejo de maternidade’ dentro de cada artigo.

No segundo capítulo, buscou-se ouvir mulheres que se autodeclaram como não desejantes da maternidade e conhecer os processos subjetivos implicados na decisão. Para convocar essas mulheres, foi usado o método conhecido como “bola de neve”, a partir de convite via redes sociais. Foram entrevistadas 10 mulheres e cada entrevista durou uma média de 1:30 horas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente submetidas à análise de conteúdo, realizada pelas duas pesquisadoras, as quais posteriormente compararam os temas elencados e construíram as seguintes categorias: (1) Histórias fora da caixinha do ‘ser menina’; (2) O que significa ‘Maternidade/ ter um filho?’; (3) Não ter filho: por quê e pra quê?; (4) Pressão social x apoio.

Como veremos, muitas falas trouxeram não apenas vivências destoantes dos ideais de gênero relacionados ao ser “mulher”, mas também a contestação da maternidade como um lugar apenas de plenitude, apontando uma grande mal estar presente em seu exercício, na contemporaneidade.

ARTIGO 1

O NÃO DESEJO DE MATERNIDADE: UM FENÔMENO CRESCENTE, MAS AINDA POUCO PESQUISADO NO BRASIL

RESUMO

Este artigo teve como objetivo fazer uma revisão sistemática da literatura acerca do tema do não desejo de maternidade. As bases de pesquisa utilizadas (Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, Capes, ProQuest e Scielo) contemplaram as três Américas: do Sul, Central e do Norte. Foram encontrados 34 artigos. A análise revelou uma produção mais antiga e extensiva por parte dos Estados Unidos e do Canadá. Já nas Américas Central e do Sul, foi encontrada uma quantidade incipiente de publicação e a mais antiga data do final de 1990. No Brasil, foram encontradas seis publicações, todas realizadas nas regiões Sul e Sudeste, ficando de fora dos estudos as regiões Norte e Nordeste e Centro-Oeste. Apesar de o tema aparecer ligado, recorrentemente, às mudanças culturais que tangem os papéis sociais das mulheres, as bases epistemológicas adotadas, no geral, apontam para reflexões ainda pouco apoiadas nas teorias de gênero.

Palavras-chave: não maternidade, sem filhos, não desejo

INTRODUÇÃO

Apesar de aparecer muitas vezes vinculada à capacidade de procriação, a maternidade não pode ser reduzida a ela. É um fenômeno que envolve formas de cuidado, distribuição de responsabilidades e tempo, as quais sofreram muitas transformações na história ocidental. Como apontado por Badinter (1985), até o século XVIII, concepção e cuidado dos filhos eram papéis distintos, sendo corriqueiro, na Europa, mulheres parirem e darem os cuidados de seus filhos, logo após o parto, para amas de leite. Há registros históricos que relatam casos de amas de leite cuidando de 30 ou 40 bebês, não sendo raro o óbito de muitos deles. Nesse momento, tampouco existia o sentimento de “infância”, sendo a criança entendida como um adulto em miniatura (Ariès, 1978).

Foi apenas com a consolidação do capitalismo, a partir do século XVIII/XIX, que a noção de maternidade, tal como a conhecemos hoje, passou a se configurar. O Estado precisava de mão de obra excedente. Em um período de alta taxa de mortalidade infantil, tornou-se precípuo convencer as mulheres parideiras a amamentarem e cuidarem de seus filhos elas mesmas. A maternidade passou então a ser exaltada como um dos maiores dons, serviço e finalidade da vida das mulheres. As mulheres, que até então não tinham nenhum valor por si mesmas, passaram a ser exaltadas como mães. Segundo Zanello (2018), foi sendo criado, desde então, um “empoderamento colonizado” para elas. Ou seja, a estratégia escolhida para convencê-las a amamentar e a cuidar de suas crias foi a sedução narcísica (Zanello, 2018): ao invés de obrigá-las, tratou-se de exaltá-las nesse lugar, ilustrando o que Foucault aponta como a passagem de um discurso opressivo para outro, constitutivo (Foucault, 1996).

Esse ideal foi ainda mais intensamente reforçado com o advento dos discursos da “maternidade científica”, no início do século XX, propalados pela medicina (sobretudo a

pediatria), as Psicologias e a Psicanálise (Freire, 2008). A mãe deixou então de ser apenas a responsável pelos cuidados e pela criação da criança, passando a ser vista agora como o fundamento de sua saúde emocional e da estruturação de sua personalidade. A maternidade, mesmo quando prazerosa para muitas mulheres, foi se tornando cada vez mais laboriosa e exigente de renúncias pessoais, uma grande responsabilidade e, para muitas mulheres, fonte de grande culpa (Del Priore, 2009). Ainda assim, em muitos países sob a influência de crenças religiosas cristãs, bem como pelo escasso desenvolvimento de métodos contraceptivos, a maternidade continuou a ser vivida como uma sina, um destino relacionado ao fato de ser “mulher”.

No entanto, com o surgimento da pílula anticoncepcional (bem como de outros métodos contraceptivos), essa noção foi posta em xeque e passou a ser questionada enquanto escolha, não mais como um destino (Fidelis & Mosmann, 2013). Houve uma separação entre sexo, capacidade de procriação e maternidade. As mulheres começaram a vivenciar sua sexualidade de forma mais consciente e ativa, podendo escolher ter ou não filhos, e quando tê-los. De acordo com Perrot (2007, p.69), “o que era uma fatalidade tornou-se uma escolha. E uma escolha das mulheres, também: o que constitui uma revolução”. Entretanto, faz-se mister destacar que essa “revolução” não chegou igualmente a todas as mulheres, sendo que para muitas o acesso aos métodos contraceptivos continua restrito (Fundo de População das Nações Unidas [UNFPA], 2018).

Além disso, embora a pílula anticoncepcional tenha possibilitado a promoção de uma revolução sexual por um lado, por outro não derrubou vários tabus, dentre eles a associação entre maternidade compulsória e feminilidade. Foram os estudos feministas que começaram a questionar essa associação entre corpo, sexualidade e subjetividade, apontando o quanto certa forma de maternar poderia ser opressora e custosa para as mulheres, sobretudo em um momento de avanço delas em várias frentes do mercado de trabalho.

Segundo Gillespie (1999), desde 1970 o número de mulheres que permanecem sem filhos vem crescendo e, nas últimas décadas, os estudos sobre esse fenômeno têm ganhado força, levando ao reconhecimento que a falta de filhos pode ser por conta, dentre outros fatores, de um não desejo por parte das mulheres. O impacto da possibilidade da não natalidade preocupou e tem preocupado muitos países, e começou a ser claramente um objeto de estudo a partir da década de 1970. A própria mudança da nomenclatura aponta para diferentes compreensões desse fenômeno. Inicialmente entendido através do termo genérico “Childlessness” (“falta de filhos” em tradução livre), foi denominado posteriormente através de dois termos distintos, “childfree” (livre de crianças, em tradução livre), para mulheres que não tinham filhos voluntariamente, e “childless” (sem filhos), para mulheres sem filhos em geral, incluindo as que não tinham filhos por problemas de saúde como a infertilidade².

Esse fenômeno também tem impactado o Brasil. Segundo o relatório publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, e de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (PNAD), em 2014, 38,4% das mulheres de 15 a 49 anos de idade não tinham filho nascido vivo. Dentre as mulheres sem filhos, destacaram-se as brancas (41,7%, em relação a 35,6% das negras) e de maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo). Pode-se notar, também, uma correlação entre maior escolaridade e adiamento da maternidade, quando ela ocorre. No entanto, o relatório não diferencia a não maternidade por escolha da não maternidade por problemas de saúde (como a infertilidade), ou pelo acaso; o que dificulta um diagnóstico mais minucioso da questão.

Trindade, Coutinho e Cortez (2016) fizeram um levantamento sobre a produção científica no Brasil sobre a não maternidade (em geral), constatando que há poucos estudos específicos sobre as mulheres que optaram por isso. Como o Brasil vem tratando essa questão

² É necessário distinguir mulheres sem filhos por opção (voluntária, ativa), por problemas de saúde e por acaso (não tiveram porque simplesmente não ocorreu a gravidez).

e como tem sido estudado esse fenômeno no país em comparação com outros países do continente americano (onde a revolução sexual se deu antes)? E, ainda, como a Psicologia no Brasil tem ajudado (ou não) a entender o crescimento da opção pela não maternidade entre brasileiras?

Levando em conta tais questionamentos, o presente estudo teve como objetivo fazer um levantamento e análise sistemática da literatura científica produzida e publicada sobre o tema da não maternidade voluntária nas Américas (Sul, Central e do Norte), nas principais plataformas de pesquisa brasileiras e internacionais.

MÉTODOS

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, entre os meses de setembro de 2017 a março de 2018, a fim de levantar a produção acadêmica nacional e do continente americano acerca do tema "não desejo de maternidade em mulheres", ou não maternidade voluntária, nas seguintes plataformas científicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); ProQuest e Scielo (The Scientific Electronic Library Online). Dessas plataformas, BVS, CAPES e Scielo são brasileiras enquanto a ProQuest é internacional.

A plataforma CAPES compreende a América Latina e conta com mais de 38 mil títulos disponíveis e mais de 40 bases na área de Psicologia. A Base "ProQuest" foi escolhida por conter, em sua maioria, publicações da América do Norte, com maior ênfase nos Estados Unidos. Por fim, a base "Scielo" é uma consolidada plataforma digital que tem grande alcance em periódicos científicos brasileiros.

As plataformas escolhidas, além de consolidadas no meio acadêmico, agregam as três Américas (do Sul, Central e do Norte), Europa e alguns países da África e da Ásia. A

plataforma BVS comporta artigos das Américas do Sul, Central e Norte e, embora tenha a subárea da “Psicologia”, tomou-se a decisão de manter a pesquisa sem a subdivisão, para tentar abarcar o maior número possível de publicações.

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento sobre possíveis descritores do tema, através de dois mecanismos: identificação no site dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS - www.decs.bvs.br), no qual existe uma gama de termos e suas traduções para os conceitos a eles associados; e, em segundo lugar, a partir dos descritores encontrados em artigos que tratavam do assunto. Ou seja, caso o artigo tratasse do tema "não maternidade voluntária", uma busca era realizada no conjunto das palavras-chave, a fim de tentar enriquecer possíveis descritores que não haviam sido pensados previamente e nem apareciam no DeCS. Esses descritores foram então explorados para identificar outros artigos e tentar ampliar ao máximo o conjunto inicial de descritores a serem utilizados na pesquisa. Esse mecanismo foi usado para a busca em três idiomas: Português, Espanhol e Inglês.

Os termos em inglês identificados nas produções científicas sobre o tema da ‘Não Maternidade Voluntária’ foram: “Childfree”, “Childless”, “Childlessness” e “No-maternity”. Na língua portuguesa, os termos recorrentemente usados em publicações sobre não maternidade voluntária são: “não-maternidade” e “sem-filhos”, ambos com hífen para caracterizar a particularidade do assunto. Não foram buscados os termos “Não maternidade” e “sem filhos” (sem o hífen), pois contemplam todos os artigos onde essas duas palavras aparecem ainda que não tenham relação. No caso da língua espanhola, os termos buscados foram “nulíparas”, “mujeres-sin-hijos” e “no-maternidad”, usando-se o mesmo raciocínio do hífen aplicado à língua portuguesa. Destaca-se aqui a dificuldade de encontrar termos em espanhol, dada a escassa produção nesta língua.

O retorno da busca pelos termos mencionados resultou, a princípio, em 2.563 artigos contendo pelo menos um dos 10 descritores. Em seguida, foram excluídos os artigos

repetidos em cada base, bem como teses, dissertações, resumos expandidos e publicações diversas (que não artigos), restando assim, 2.442 artigos. A fim de selecionar a amostra de análise dos textos a serem avaliados, foram lidos todos os resumos e aplicados os critérios de inclusão, a seguir: a) artigos cujo foco fosse claramente o “não desejo de maternidade em mulheres”, portanto, a não maternidade voluntária em mulheres com capacidade reprodutiva; b) artigos teóricos ou empíricos; c) artigos que trouxessem o tema do “aborto”, desde que atrelado especificamente ao não desejo de ter filhos. Os critérios de exclusão foram: a) tratar a não maternidade atrelada a um problema biológico (como a infertilidade) ou devido ao acaso; b) focar exclusivamente sobre homens não pais; c) abordar casais cuja opção fosse a de não ter filhos, mas sem problematizar o conteúdo voltado ao tema do não desejo de ser mãe em mulheres; d) não abordagem do tema, ou de forma bastante tangencial; e) artigos escritos sobre alguma população fora do continente americano.

Restaram 50 artigos, os quais foram lidos e analisados integralmente. Como 16 deles ainda traziam elementos constantes dos critérios de exclusão, foram eliminados, remanescendo apenas 34 artigos.

Abaixo, são ilustradas as etapas do método de seleção dos artigos.

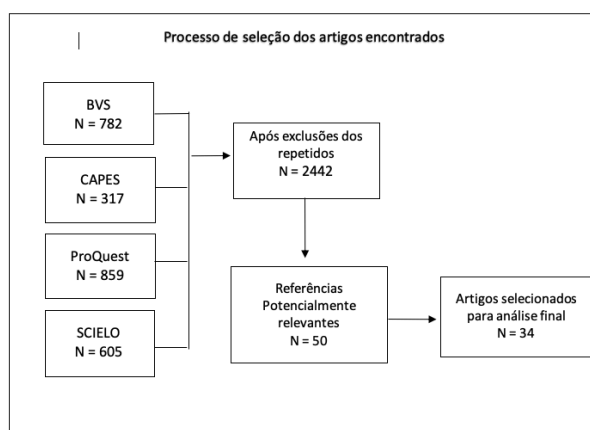


Figura 1 - Processo de Seleção dos Artigos Encontrados

Os artigos foram analisados no que diz respeito aos seguintes quesitos: ano de publicação; país; gênero dos autores; tipo de pesquisa (método adotado); área de

conhecimento; teóricas/os do gênero utilizados; teóricas/os da maternidade citados; e, por fim, tema/recorte dentro do universo da não maternidade voluntária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da amostra de 34 artigos, 25 são referentes à América Anglófona e outros 9, à América Latina. Na América Latina, 6 são produções brasileiras pertencentes à região Sul (4), realizadas pelas Universidades Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Franciscana; e à região Sudeste (2), produzidas pelas Universidades Federais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. As outras três publicações são da Argentina (2) e do México³ (1). Na América Anglófona (EUA e Canadá), foram encontrados 25 artigos, dos quais 3 são do Canadá e os outros 22 foram produzidos nos Estados Unidos.

Observa-se, na produção Anglófona, uma distribuição temporal (por décadas), da seguinte forma: 1970 (5 artigos); 1980 (9 artigos); 1990 (1 artigo); 2000 (5 artigos); 2010 (5 artigos até o momento). Na América Latina, as produções estão assim distribuídas: 1990 (1 artigo – Brasil), 2000 (2 artigos – Brasil) e 2010 (6 artigos – Brasil 3; Argentina – 2; México – 1). Percebe-se um crescimento das publicações sobre o tema no Brasil.

Pode-se destacar que os EUA são o país das Américas que mais produziu e tem produzido artigos científicos indexados nesse tema, talvez por ter sido o país onde primeiro ocorreu a revolução sexual com a pílula anticoncepcional e a eclosão do movimento feminista, colocando em xeque a escolha pela maternidade, e seus efeitos nas taxas de natalidade. Segundo o relatório do “*Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*”, a

³ Embora o México se localize geograficamente na América do Norte, deve ser considerado, devido a suas características linguísticas, culturais e sociais (além do tipo e processo de colonização sofrido), como pertencente à América Latina.

taxa de fecundidade em 2017 foi de 1,75, a mais baixa nos últimos 30 anos. Isso talvez ajude a explicar, também, porque no Brasil os estudos são mais recentes e porque nosso país se destaca, ainda que incipientemente, na América Latina, na pesquisa sobre o tema. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2018), o Brasil é um dos países que apresenta alta queda na taxa de fecundidade: em 2018 essa taxa foi de 1,77; número abaixo da taxa de reposição populacional⁴, que é de 2,2.

Do total de 63 autores/as, destacamos a presença de 55 mulheres e 8 homens. Os tipos de pesquisas foram massivamente empíricos (28) e em menor número teóricos (6), estes todos provenientes do mundo anglófono. Foram encontradas diversas áreas de pesquisa, sendo a mais numerosa Psicologia (12 artigos) e Psiquiatria (2 artigos), seguida da Sociologia (8 artigos). Dos 12 artigos da Psicologia, 5 artigos foram produzidos no Brasil, 1 no Canadá e 6 nos Estados Unidos. Outras áreas do conhecimento, tais como ‘Enfermagem’, ‘Demografia’, ‘Geriatrics’ e ‘Biologia’ também foram encontradas, mas em número muito menor do que as duas primeiras citadas. Sobre o tipo de pesquisas realizadas, dos 25 artigos encontrados na América Anglófona, 19 artigos foram resultado de pesquisas empíricas (18 nos EUA e 1 no Canadá) e 6 foram oriundos de estudos teóricos (4 nos EUA e 2 no Canadá). Todos os 9 artigos encontrados na América Latina são resultados de pesquisas empíricas.

Com relação às bases epistemológicas dos artigos, a América Anglófona mostra-se pioneira nas reflexões, com duas décadas à frente da América Latina. Seus autores são citados em trabalhos nas duas Américas, mas o contrário não se verifica. Os autores/as anglófonos com produções na área de ‘não maternidade’ e ‘maternidades’ mais citados/as na América Anglófona são, em número de citações: Jean E. Veevers (12); Tanya Koropeckyj-Cox (6); Rosemary Gillespie (5); Amy Blackstone e Gail Letherby (2 cada autora). Na

⁴ Estimativa média de filhos por mulher que assegura a continuação da população de uma região ou país. Fonte: IBGE (2015).

América Latina (excetuando-se o Brasil), os/as mais citados/as são: Gail Letherby e Rosemary Gillespie (3 cada uma); Amy Blackstone (2) e Elizabeth Badinter (1). No Brasil, os/as autores/as mais citados/as são: Maria Lúcia Rocha-Coutinho (4); Elizabeth Badinter (3); Luci Helena B. Mansur e Annunciata Bonini-Vieira (2 cada uma) e Rosemary Gillespie (1). Os teóricos da área do Gênero são citados apenas na América Latina (incluindo o Brasil), sendo eles/as: Simone de Beauvoir (3); Marcela Lagarde (1); Tereza de Lauretis (1) e Joan Scott (1). Observa-se, em geral, um uso ainda escasso das teorias de gênero para a compreensão do fenômeno da não maternidade voluntária em mulheres.

A partir da análise temática dos artigos, foram elencadas quatro categorias, a saber: (a) “Motivos”, com 15 artigos; (b) “Impactos”, com 11 artigos; (c) “Representações e vivências da não maternidade”, com 6 artigos; (d) “Dificuldades de acesso à saúde” com 2 artigos. Podemos ver, no desenho abaixo, as categorias e os temas que as compõem.

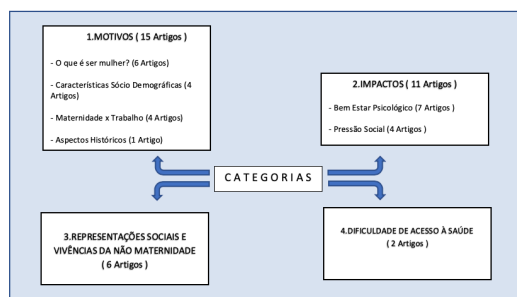


Figura 2 - Esquema das categorias

A categoria *Motivos* englobou 15 artigos que buscaram investigar quais seriam as razões relacionadas à opção pela “não maternidade”. Nela, apareceram 4 temas: “*O que é ser mulher?*”; *Características sociodemográficas*; *Maternidade x Trabalho*; *Aspectos históricos*.

No primeiro tema, *O que é ser mulher?*, foram elencados seis artigos (Bram, 1984; Barbosa & Rocha-Coutinho, 2012; Kaltreider & Margolis, 1977; Machado & Penna, 2016; Mollen, 2006; Morell, 1993), os quais articulam o tema da escolha pela não maternidade com as mudanças no papel da mulher na atualidade ou com uma condição não convencional da

mulher (não tradicional, fora da norma), sendo comum o questionamento sobre as possíveis perdas pessoais que a maternidade poderia acarretar na vida das mulheres. Todas as pesquisas encontradas são empíricas e dos 6 artigos, 5 são da América Anglófona e 1 da América Latina (brasileiro).

No primeiro artigo, Kaltreider e Margolis (1977) apresentam um estudo com 33 mulheres estadunidenses sem filhos por opção, em uso de contraceptivos (18) ou já esterilizadas (15). O objetivo foi detectar quais os fatores que permeiam a decisão de não ter filhos. Para as autoras, as razões são quase sempre multideterminadas, contudo, não especificam quais poderiam ser. Os resultados encontrados apontam que as participantes não consideram a gravidez como uma escolha natural, além de a maternidade não ser vista como uma experiência prazerosa, implicando a perda da liberdade da mulher. As autoras concluem destacando que as mulheres sem filhos por opção fazem parte de uma população não tradicional. As mulheres pesquisadas foram contatadas novamente alguns meses depois e todas se mantiveram com o mesmo posicionamento. Houve apenas uma gravidez acidental, a qual foi interrompida antes do terceiro mês.

No segundo artigo, Bram (1984) partiu da hipótese de que as mulheres sem filhos são menos tradicionais nos papéis sexuais do que aquelas mulheres que postergam a gravidez ou aquelas que já tiveram o primeiro filho. O estudo foi realizado nos Estados Unidos e foi composto pela seguinte amostra: 30 casais sem filhos e sem desejo de tê-los; 29 casais sem filhos e com desejo de procriar e, por fim, 24 casais com um filho menor de dois anos. Um longo procedimento foi aplicado, incluindo questionários, testes projetivos, “checklists”, para examinar a história da decisão da fertilidade, histórico familiar, padrões familiares do casal, vida social e pressão social. Os resultados sobre as mulheres voluntariamente sem filhos foram: apresentaram uma maior tendência a enxergar o trabalho com importância igual a da família e casamento; responderam mais positivamente nos quesitos “satisfação com a vida” e

“projeções para o futuro”; mostraram-se mais felizes com relação ao casamento; sentiam que sua identidade após o casamento havia mudado positivamente; pretendiam permanecer trabalhando até a aposentadoria e se mostram mais propensas a apoiar o movimento de liberação feminina. A pesquisa constatou a existência de uma diferença entre mulheres sem filhos (e sem desejo de tê-los), por um lado, e os outros dois grupos, mais aproximados entre si, confirmando a hipótese inicial de que as mulheres sem filhos e que não desejam tê-los são pessoas não tradicionais, ou seja, afastam-se do que se considera uma “mulher normal ou média”.

No terceiro artigo, Morell (1993) fez um estudo com 34 mulheres estadunidenses, intencionalmente sem filhos, com idades entre 40 e 78 anos. O método usado foi o da “história de vida” e, através desta, foi possível concluir que a maioria das participantes desviava, de certa forma, dos comportamentos esperados para as meninas. Em contradição com a teoria de que mulheres desejam a maternidade por causa da sua experiência prévia com a mãe, as participantes relataram que queriam “algo mais”, desde a infância. Destacou-se que o senso de bem-estar dessas mulheres não estava relacionado com a necessidade de ter e criar uma criança nem com o “sentimento maternal”. A autora pontua que a literatura existente suporta a cultura patriarcal, que define a mulher como necessariamente mãe. Nesse sentido, destaca que são necessários novos estudos para desconstruir essa “norma social”.

Mollen (2006), no quarto artigo, investigou as experiências de nove mulheres estadunidenses, sem filhos por opção, com idades entre 32 e 51 anos. O objetivo do estudo foi investigar as razões pelas quais as mulheres optaram pela não maternidade voluntária. A investigação foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas com as participantes, diários de campo e grupo focal. Os resultados demonstram que alguns dos motivos que impactaram a decisão de não ter filhos foram a não adaptação às regras de gênero; experiências prévias com cuidado de crianças; liberdade; doenças genéticas na família; o estresse gerado pelas

atividades cotidianas; superpopulação mundial; condições de alta toxicidade ecológica e sociocultural para se criar crianças; violência; abuso e terrorismo. As participantes também demonstraram aproveitar bastante a liberdade que se tem e o alívio pela decisão da não maternidade. Todas também relataram experiências ruins atreladas à escolha da não maternidade, tais como: sentimento de descrédito quando o assunto se tratava de crianças; algumas vezes era esperado que elas fizessem horas extras no trabalho já que não tinham filhos; foram consideradas estranhas, anormais; foram discriminadas e tratadas com pena. A autora finaliza dizendo que a sociedade deve começar a considerar a mulher voluntariamente sem filhos como um modo de existência possível dentro da sociedade.

No quinto artigo, Barbosa et al. (2012) realizaram uma pesquisa com oito mulheres brasileiras, com faixa etária entre os 20 e 60 anos, sem filhos e sem desejo de tê-los. O método de análise de discurso revelou que as entrevistadas identificaram como pontos importantes em suas vidas a realização profissional, a vida afetiva, as relações familiares e de amizade, a saúde e os momentos de lazer e, de modo geral, não mostraram arrependimento em relação às suas opções de vida, reiterando que ainda têm muitos objetivos para conquistar. Contudo, as participantes reconheceram que ainda há um ideal no qual a mulher é convocada a cumprir a função social da maternidade, tentando equilibrar a mesma com a realização profissional. As autoras ressaltam que a necessidade da maternidade começou a ser relativizada e, dessa forma, a pressão social para que as mulheres se tornem mães vêm diminuindo. Segundo elas, a partir das entrevistas pode-se afirmar que a maternidade hoje já começa a ser vista como um projeto pessoal para muitas mulheres e não mais como um destino obrigatório do “ser mulher”.

No sexto artigo, Machado et al. (2016) realizaram um estudo qualitativo com a metodologia de ‘história oral temática’, com 19 mulheres brasileiras, em idade reprodutiva e não mães voluntárias. O objetivo foi compreender a influência da reprodução feminina na

construção da identidade de mulheres sem filhos. Foram encontrados três tópicos importantes nas falas das mulheres: a preocupação com as mudanças corporais trazidas pela maternidade, bem como o medo da gravidez e do parto especificamente; o questionamento do uso do filho, por muitas pessoas, para preencher um vazio existencial; e a preocupação com o envelhecimento solitário, com a busca de outras estratégias - já que, em tese, na nossa cultura, são os filhos quem cuidam dos pais nessa fase da vida. As autoras concluem que, com a dissociação entre sexo e reprodução, o corpo e a imagem de mulher vêm sofrendo transformações, com possibilidade de novas construções para elas, além da maternidade e do cuidado.

Os artigos encontrados no tema *O que é ser mulher?* apontam para transformações sociais no que diz respeito ao entendimento do que é ser “mulher”, descolado do ideal de maternidade (Barbosa et al., 2012; Bram, 1984; Kaltreider et al., 1977; Machado et al., 2016; Mollen, 2006; Morell, 1993), trazendo a maternidade como uma opção, a qual pode não servir para muitas mulheres.

No tema *Características Sociodemográficas*, foram encontrados 4 artigos (Wolowyna, 1977; Shea, 1983; Jacobson, Heaton & Taylor., 1988; Abma & Martinez, 2006) que buscaram estabelecer características sociodemográficas que estariam relacionadas à escolha pela não maternidade. Todos os artigos encontrados são empíricos e foram produzidos na América Anglófona.

No primeiro artigo, Wolowyna (1977) usou o censo canadense de 1971 com o objetivo de tentar estabelecer uma relação entre a condição social e o ter ou não filhos. A hipótese inicial era de que o grupo voluntariamente sem filhos estaria diretamente relacionado com os ganhos financeiros, enquanto que o grupo com filhos teria ligação inversamente proporcional com os ganhos. Algumas correlações importantes foram calculadas: Total da amostra, residência urbana, residência rural, grau de educação separado

por escalas. Embora não tenha sido encontrada relação significativa entre renda e não-maternidade para o grupo urbano ou o grupo com o maior grau de educação, existe uma sugestão de que a relação com a renda está diferencialmente ligada à não-maternidade voluntária, mais do que com a involuntária.

No segundo artigo, Shea (1983) aplicou 257 questionários utilizando como público algumas mulheres canadenses, voluntariamente não mães de uma turma do ano de 1979 da “Eastern State University”. O objetivo foi investigar a relação entre a participação em “Movimentos de mulheres” e o não ter filhos voluntariamente. A hipótese é de que estes dois eventos estariam diretamente relacionados. O instrumento usado foi o *Attitudes Toward Women Scale* (AWS – 1973). Foram comparadas as respostas com outra turma de mulheres que também respondeu a mesma escala. As análises apontam que estar envolvido em algum movimento de mulheres diminui o desejo por filhos (ou seu número), ou seja, torna a mulher adepta da escolha pela não maternidade voluntária.

No terceiro artigo, Jacobson et al. (1988) tentaram identificar fatores demográficos que influenciam a decisão de mulheres a continuar sem filhos, analisando a Amostra Nacional de Mulheres estadunidenses entre 20 e 44 anos. Segundo os autores, o melhor preditor é o casamento da mulher, pois as maiores taxas de mulheres sem filhos estão entre as que não casaram ou não possuíam casamento oficial. As menores taxas estão entre as divorciadas ou separadas. Mulheres que sabem possuir problemas de infertilidade também tendem a permanecer sem filhos. Os preditores demográficos mais importante para ter filhos são os status de casamento e fecundidade, seguido pela idade. Para a amostra analisada, o percentual de mulheres sem filhos foi de 6,4% do total, o que os autores classificaram como baixo. Ao final, os autores recomendam a realização de mais pesquisas para entender melhor os fatores envolvidos nessa decisão.

No quarto e último artigo desse tema, Abma et al. (2006) realizaram um estudo em mulheres estadunidenses entre 35 a 44 anos, objetivando encontrar características específicas de mulheres que haviam optado pela não maternidade. Para isso, criaram três grupos de comparação: mulheres voluntariamente sem filhos, mulheres involuntariamente sem filhos e mulheres temporariamente sem filhos, usando o *National Survey of Family Growth* (EUA) dos anos de 1982, 1988, 1995 e 2002. Foi constatado que o percentual de mulheres voluntariamente sem filhos apresentou um crescimento entre os anos de 1982 a 1988, manteve-se estável até 1995 e decresceu um pouco em 2002. Sobre o perfil das mulheres voluntariamente sem filhos observa-se, desde 1982, que são as que têm maior rendimento financeiro, carreira profissional e menor religiosidade em comparação com as demais.

Wolowyna (1977), Shea (1983), Jacobson et al. (1988) e Abma et al. (2006) apontam alguns fatores que apareceram correlacionados com a opção de não ter filhos em mulheres, são eles: nível de escolaridade (mais alta), religião (pouco religiosa), ganhos financeiros (maior envolvimento com a carreira), estar envolvida em movimentos de mulheres.

Em *Maternidade x Trabalho*, foram encontrados quatro artigos (Movius, 1976; Montgomery, 1989; Mondardo & Lima, 1998; Smeha & Calvano, 2009), que problematizam o não desejo de maternidade relacionando-o diretamente ao investimento na carreira e na realização profissional das mulheres. Nesse grupo, o foco principal foi investigar a relação entre o investimento no trabalho e o não desejo de ser mãe. Dos artigos encontrados, um estudo é teórico (Movius, 1976) e os outros três (Montgomery, 1989; Mondardo et al., 1998; Smeha et al., 2009) são empíricos. Do total, 2 artigos foram pesquisados na América Anglófona e 2 na América Latina (Brasil).

No primeiro artigo, teórico, Movius (1976) destaca a relação entre mulheres voluntariamente sem filhos e suas carreiras (diferenciando entre ter uma carreira e ter simplesmente um emprego), além do estilo de vida, com tempo para se aprofundar em áreas

de interesse pessoal e, também, para usufruí-lo como bem entender. O argumento da autora é de que a mulher consegue, sem filhos, gozar de sua vida, da mesma forma que um homem é suposto poder fazê-lo.

No segundo artigo, Montgomery (1989) apresenta um estudo qualitativo realizado por meio de entrevistas com 51 mulheres estadunidenses, docentes universitárias, buscando averiguar se o investimento na carreira influencia a opção pela não maternidade. A autora encontrou, como resultado, que as mulheres sem filhos possuíam uma carreira mais sólida, sem atrasos significativos ou interrupções. Além disso, todas as mulheres sem filhos, abaixo dos 40 anos, possuíam doutorado, enquanto que no grupo das mães, o percentual era de 80% para a mesma faixa etária. As carreiras entre as mães e não mães eram diferentes, sendo que as não mães levavam vantagem. A autora concluiu que a pressão pela carreira faz com que as mulheres adiem ou mesmo abram mão da maternidade, para não serem obrigadas a deixar a carreira em segundo plano. Ainda assim, as mulheres acadêmicas sem filhos não se mostraram livres das pressões sociais para tê-los.

No terceiro artigo, Mondardo et al. (1998) realizaram uma pesquisa qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com três mulheres brasileiras, sem filhos por opção, com idades entre 35 e 40 anos e em relacionamentos amorosos estáveis. O objetivo foi investigar o significado de realização profissional e pessoal, bem como da maternidade. Foi encontrado que o trabalho ocupa um espaço muito amplo na vida das participantes, sendo fonte direta de realização pessoal, inserção social e gratificação emocional e financeira. Para as entrevistadas, a vinda de um filho significaria renunciar ao sucesso profissional alcançado ao longo da história de vida. As autoras destacam, no entanto, que todas as participantes demonstraram ambivalência e culpa em relação à opção de não ter filhos, em parte, segundo elas, pela influência do histórico pessoal de vida e do contexto cultural onde estão inseridas.

No quarto artigo, Smeha et al. (2009) realizaram um estudo qualitativo, através de um roteiro de perguntas elaboradas para a realização de dois grupos focais, sendo cada grupo com 3 participantes. A amostra total foi de seis mulheres brasileiras, acima dos 35 anos. O objetivo do estudo foi tentar compreender a relação entre não maternidade e vida profissional, para averiguar se existia alguma espécie de substituição de uma coisa pela outra. As autoras partiram da premissa psicanalítica de evocação da relação mãe-filha, para compreender as razões das participantes para não desejarem, ativamente, a maternidade. Os resultados encontrados apontam, segundo as autoras, que a maternidade envolve medo das exigências que ela traz, bem como da responsabilidade de se criar um filho sozinha, caso haja uma eventual falta do parceiro. Além disso, as entrevistadas apontaram que a maternidade traria riscos à carreira profissional, bem como limitações à vida e à liberdade individual. A conclusão do estudo é de que o trabalho e a carreira profissional não necessariamente concorrem com a maternidade, mas representam, sim, possíveis fontes de grande realização na vida.

A relação entre maternidade e trabalho tem sido problematizada tanto no Brasil, quanto nos EUA e Canadá, mas não foram encontrados artigos nos demais países da América Latina em geral. A carreira profissional é apontada como um lugar de grande realização pessoal na vida de mulheres voluntariamente sem filhos, sendo fonte de gratificação emocional e financeira, além de proporcionar inserção social (Movius, 1976; Montgomery, 1989; Mondardo et al, 1998). Esses dados são corroborados por Smeha et al. (2009), que concluem que o trabalho e a carreira profissional não necessariamente concorrem com a maternidade. No entanto, todos os autores sublinham que as mulheres sem filhos ressentem a maternidade como algo que pode ameaçar suas carreiras e vida profissional, além de ressaltarem, secundariamente, o peso da perda da liberdade individual.

No quarto tema, *Aspectos Históricos*, foi elencado um artigo que trata do tema da não maternidade voluntária atrelada ao histórico dos sujeitos de pesquisa (Houseknecht, 1979). O estudo é empírico e foi publicado na América Anglófona. A pesquisadora entrevistou 51 mulheres estadunidenses, casadas, que declararam não ter filhos por opção e foram divididas entre as decididas antes e depois do casamento, totalizando 19 e 32, respectivamente. Foi encontrada uma associação entre histórico familiar e decisão de permanecer sem filhos. As participantes decididas antes do casamento desenvolveram um distanciamento psicológico dos pais durante a adolescência. Outras atitudes analisadas foram: autonomia, aceitação de outras regras fora do modelo esposa/mãe, objetivo de vida, compromisso com a carreira e formas de realização, que caracterizam os dois grupos estudados. A autora encontrou que, entre os dois grupos pesquisados, o fator diferencial foi mesmo a experiência familiar e finaliza destacando que as mulheres sem filhos por opção têm ainda uma imagem social estereotipada, “fora dos padrões tradicionais”.

A categoria *Motivos* aponta para profundas transformações que vêm ocorrendo na vida das mulheres nas últimas décadas, com a dissociação entre sexo e maternidade, bem como a abertura, mesmo que relativa (a depender da classe social), da possibilidade do trabalho como realização pessoal para elas. Essas possibilidades, fora do âmbito maternal e familiar, têm tornado a maternidade uma dentre outras opções para as mulheres. No entanto, doze dos artigos aqui mencionados se referem à realidade da América Anglófona e apenas quatro tratam da realidade brasileira. Mesmo os artigos escritos no Brasil não fazem o recorte interseccional com raça e classe social, para averiguar se e como esse fenômeno tem ocorrido (ou não) de forma diferenciada nos mais diversos segmentos de mulheres brasileiras.

A categoria *Impactos* abarcou os artigos (11) que abordam as consequências tanto psicológicas, como comportamentais e sociais, da escolha pela não maternidade. Dois temas

emergiram de acordo com os artigos selecionados, sendo o primeiro o *Bem-estar psicológico*, seguido pelo tema *Pressão social*.

No primeiro tema *Bem-estar psicológico*, foram encontrados 7 artigos (Beckman & Houser, 1982; Brown, 2007; Delyser, 2011; Houser, Berckman & Beckman, 1984; Jeffries & Konnert, 2002; Koropecj-Cox & Pienta, 2007; Myers & Navin, 1984; Rice, 1989), que focaram os efeitos da não maternidade voluntária sobre a saúde psicológica das mulheres. O único artigo teórico foi o de Myers et al. (1984), os outros seis foram empíricos. Todos os artigos deste tema são da América Anglófona.

O artigo de Myers et al (1984) teve como foco de análise o envelhecimento das mulheres americanas sem filhos, tendo em vista que, de forma geral, mulheres possuem maior expectativa de vida em relação aos homens, ou seja, possuem uma velhice mais prolongada. As autoras abordam o envelhecimento em três pontos que podem ser problemáticos: envelhecimento físico, social e a falta de recursos para o enfrentamento dessa fase da vida. Segundo elas, mudanças físicas, principalmente em uma sociedade na qual a aparência jovem é muito importante, além de perdas sociais tais como emprego e *status*, não podem ser compensadas pela maternidade e chegada dos netos, no caso das mulheres sem filhos. Recursos como saúde mental e suporte familiar são apontados como possíveis fatores de proteção para essas mulheres sem filhos. As autoras concluem que é necessário montar estratégias de enfrentamento para auxiliar essa parcela da população, nessa fase da vida.

No segundo artigo, Beckman et al. (1982) compararam os impactos, no bem-estar de mulheres estadunidenses velhas, o ter ou não filhos. Foram conduzidas entrevistas com 376 mulheres casadas e viúvas, todas com filhos e 343 sem filhos, com idades entre os 60 e 75 anos. Os resultados apontaram que viúvas sem filhos têm menor bem-estar do que as viúvas mães, mas não houve nenhuma diferença significativa em relação às mulheres sem filhos casadas. Ou seja, parece que o que afeta o bem-estar psicológico é mais a existência de

relações afetivas significativas do que necessariamente a presença de filhos. Nesse sentido, o suporte social foi apontado como um fato importante para o bem-estar das mulheres mais velhas em geral. Além disso, as autoras destacam que se encontrar distante de normas sociais compartilhadas por uma sociedade pode diminuir a sensação de bem-estar percebida.

No terceiro artigo, Houser et al. (1984) utilizaram uma mesma amostra de outra pesquisa publicada em 1982 (719 mulheres estadunidenses casadas ou viúvas entre os 60 e 75 anos), para analisar a percepção de “custos e recompensas da não maternidade” entre as mulheres com e sem filhos. Os custos e recompensas configuraram como uma questão aberta e subjetiva para as participantes. As categorias mais frequentes mencionadas como “recompensas” entre as mulheres sem filhos foram: menos responsabilidade, preocupação e estresse; liberdade pessoal e privacidade; liberdade financeira; características negativas das crianças; ser melhor para o casamento. As mulheres com filhos perceberam muito mais custos de uma vida sem filhos do que as mulheres sem filhos (elas apontaram aspectos como solidão, perda da “melhor parte da vida”, menos amor e afeição, falta de netos e que seria ruim para o desenvolvimento próprio da mulher). Os resultados indicam que cada grupo valora tipos de recompensas diferentes, de acordo com seus estilos de vida, o que vale também para os custos. Ficou claro, entretanto, que as mulheres sem filhos não se conformam com o estereótipo de “insatisfeitas” e “infelizes”.

O quarto artigo, realizado por Rice (1989), apresenta um estudo conduzido através de entrevistas individuais com 60 mulheres estadunidenses, acima dos 65 anos, vivendo sós, sem filhos, das quais 30 nunca chegaram a se casar e 30 eram viúvas. O estudo usou 4 eixos para mensurar o suporte social das mulheres: (1) a presença ou ausência de pessoas próximas, (2) o número e tipo de contatos com terceiros, (3) a facilidade com que se pode confiar em outras pessoas, em tempos de crise e (4) a reciprocidade da interação como relacionada com a satisfação de vida. O objetivo do estudo foi investigar e comparar os níveis de satisfação de

vida em cada grupo. Foi questionado qual ou quais desses pontos estariam mais relacionados à satisfação de vida. As respostas foram comparadas entre os dois grupos (solteiras e viúvas). As solteiras reportaram menos contatos sociais do que as viúvas; por outro lado, obtiveram uma pontuação maior em satisfação de vida em relação a elas. Segundo a autora, uma das razões seria o exercício da ocupação profissional, pois 90% das mulheres não casadas tinham carreiras (professoras, assistentes sociais, bibliotecárias, enfermeiras, artistas), enquanto as viúvas tinham tido “empregos” (em escritórios, fábricas). Além disso, a autora também cita a capacidade de adaptação ao novo estilo de vida quando as mulheres se tornam viúvas, ou seja, perdem o companheiro. As solteiras já tiveram que se adaptar a esse estilo de vida mais solitário (sem filhos e marido), enquanto as viúvas teriam de se adaptar a essa perda (os filhos quando saem de casa e o marido quando morre).

No quinto artigo, Jeffries et al. (2002) realizaram uma pesquisa sobre o bem-estar psicológico e arrependimento em mulheres canadenses sem filhos voluntariamente, involuntariamente e mães. As não mães por opção apresentaram alta taxa de bem-estar psicológico, elevada autonomia e maior comprometimento com o meio ambiente, quando comparadas com as não mães involuntárias. Muitas das não mães voluntárias mais velhas encontraram forte oposição à decisão de não ter filhos e frequentemente foram novamente questionadas a explicar suas decisões. A comparação entre os grupos de não mães voluntárias e mães não apresentou diferenças significativas nos quesitos “bem-estar” e “arrependimentos da decisão”. As autoras acabam por destacar a importância de se distinguir os fenômenos da não-maternidade voluntária e involuntária, pois teriam impactos psicológicos distintos sobre as mulheres.

Koropecj-Cox et al. (2007), no sexto artigo, exploraram o bem-estar em mulheres sem filhos, utilizando dois questionários: o *United States Surveys Health and Retirement Study (HRS)*, do ano de 1992, e o *National Survey of Families and Households (NSFH)*, de

1988. O grupo analisado foi de mães e não mães opcionais. Os resultados mostram não haver correlação entre o não desejo de ter filhos por parte das mulheres e qualquer desajuste ou desvantagem psicológica, mesmo entre as mulheres que passaram pela ‘pesada’ campanha pronatalista da década de 1950. No geral, as mulheres sem filhos não apresentaram diferença significativa quando comparadas com outros grupos, porém a diferenciação apareceu quando os grupos de mulheres voluntariamente sem filhos, casadas e não casadas, foram confrontados. As mulheres sem filhos e sem casamento são as mais felizes, de acordo com os resultados obtidos no NSFH. A felicidade das mulheres mães mostrou-se dependente de fatores como existência do parceiro (maternidade não solitária) e condição socioeconômicas.

No sétimo artigo, DeLyser (2012) investigou os tópicos da menopausa, arrependimento da não maternidade e relacionamentos, em mulheres estadunidenses de meia idade que escolheram não ter filhos (15 mulheres entre 42 e 60 anos tomaram parte no estudo). Os resultados apontam que a grande maioria não relatou arrependimento sobre a decisão de não ter filhos, sendo que apenas duas mulheres se mostraram arrependidas e, ainda assim, não buscaram outras formas de maternidade. Muitas participantes se identificaram com a sentença “Eu sabia que não era para mim”, quando se tratava da maternidade. Outras relataram que o fato de não ter filhos faz as pessoas acharem que elas odeiam crianças. Muitas também expressaram contentamento com suas famílias de duas pessoas (o casal). Os dados sugerem que a maioria das mulheres não se arrepende de não terem tido filhos, porque elas têm consciência da escolha, já que voltaram a pensar nisso por diversas vezes durante a vida.

Todos os artigos do tema *Bem-estar psicológico* se referem à América Anglófona (EUA e Canadá). Destaca-se a preocupação em avaliar a saúde mental de mulheres em processo de envelhecimento, além da busca pela existência/inexistência de algum tipo de arrependimento pela escolha feita. Para Jeffries et al. (2002), não existe diferença

significativa entre o bem estar de mães e não mães por opção. Beckman et al. (1982) e Houser et al. (1984), por sua vez, convergem no sentido de apontar que o bem-estar parece se ligar principalmente a fatores como interação, qualidade do suporte social existente, religiosidade e capacidade física, e não diretamente à presença ou não de filhos. Myers et al (1984) e Rice (1989) pontuam que a ocupação profissional, isto é, ter uma carreira e não apenas um emprego, é um ponto relacionado à satisfação de vida e que uma única relação interpessoal significativa já poderia ser determinante para a saúde mental de mulheres sem filhos, em idade avançada. Além disso, os autores destacam que a oposição social à escolha pela não maternidade não desaparece mesmo na velhice (Jeffries et al., 2002), da mesma forma que persistem os estereótipos sociais de mulheres sem filhos como sendo “insatisfeitas” e “infelizes”.

O segundo tema da categoria *Impactos* foi *Pressão social*, a qual contém quatro artigos empíricos (Gallardo & Tovar, 2017; Mcquillan, Greil & Shreffler, 2012; Patias & Buaes, 2009; Veevers, 1975), que trazem resultados de pesquisas acerca da pressão social exercida sobre as mulheres, para que elas tenham filhos. Aqui encontramos dois artigos da América Anglófona e dois da América Latina (1 brasileiro e 1 mexicano).

No primeiro artigo deste tema, Veevers (1975) entrevistou uma amostra de 81 mulheres canadenses, casadas e sem filhos por opção. As experiências de gravidez e nascimento foram percebidas pelas participantes como desagradáveis e perigosas. A gravidez foi descrita como uma espécie de “doença” e o cuidado de crianças foi relatado como extremamente pesado e sem recompensas. Para essas mulheres, a maternidade não era percebida como algo essencial, pelo contrário, foram destacados os efeitos deletérios nas chances de vida das mulheres mães em nossa sociedade. Todas as mulheres entrevistadas relataram sentir a desaprovação ao desejo de não maternidade delas. Essa desaprovação, ressentida como pressão social, deu-se, sobretudo, por parte dos pais, irmãos, amigos,

parentes, parceiros de trabalho, médicos, exceto dos próprios maridos. A maioria apontou que essa pressão já provocou bastante desconforto e mal estar. Para as entrevistadas, a parentalidade é vista como uma armadilha e, na balança entre prós e contras, viver sem filhos é a melhor opção.

No segundo artigo, Patias et al. (2009) realizaram uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com seis mulheres brasileiras, casadas, na faixa etária dos 29 aos 44 anos, com opção pela não maternidade. A pesquisa buscou entender melhor as pressões vividas por essas mulheres. Como resultado, as autoras apresentam falas significativas das participantes acerca das pressões pela maternidade: sensação de “endividamento” diante da escolha pela não continuidade da família, sentimento de ambivalência, sensação de condenação e anormalidade face ao que é entendido como ‘negação’ do que é tido como normal. Apesar de ser algo que diz respeito à organização social, a cobrança vem personificada na família e nas pessoas de convívio próximo a essas mulheres. As estratégias de enfrentamento apontadas ainda se mostram tímidas, como a supressão ou fuga ao debate por parte de algumas participantes e a problematização dos fatores ‘taxa de natalidade’ e ‘vida atual em sociedade’, ainda no sentido de justificar a opção.

No terceiro artigo, Gallardo et al. (2017) produziram um estudo qualitativo com cinco mulheres, todas professoras, doutoras e universitárias, no México (algumas com pós-doutorado), casadas ou solteiras. O objetivo do artigo foi avaliar como se dava a pressão social pela maternidade no meio acadêmico. Os resultados apontam que a pressão sofrida no ambiente universitário tem várias formas de expressão que, segundo as autoras, são marcados por certos elementos linguísticos presentes no discurso de terceiros direcionados a essas mulheres, tais como: perguntas sobre a maternidade, afirmações, sugestões, persuasão, desqualificação, obrigação da maternidade e exemplos de vida de mulheres que tiveram

filhos. Além disso, foram encontradas duas estratégias importantes para lidar com a pressão para se ter filhos: ressignificação, através da qual as participantes colocam em xeque a centralidade da maternidade em suas vidas; e confrontação, mecanismo pelo qual os argumentos contrários às pressões sociais são elencados e descritos como forma de enfrentamento.

No quarto artigo, McQuillan et al. (2012) usaram a amostra de 1.180 mulheres, retirada do *United States National Survey of Fertility Barriers* com o objetivo de saber se as preocupações sobre não ter filhos seriam as mesmas para mulheres não mães voluntariamente e involuntariamente. Para os autores, na sociedade norte americana, a identidade da mulher ainda está muito ligada à maternidade, visto que persiste uma ideia social e cultural de que a maternidade completa a mulher. Partiram de três hipóteses: 1. Mulheres involuntariamente sem filhos terão níveis mais altos de preocupação relacionados à não maternidade do que as mulheres voluntariamente sem filhos e as mulheres que estão adiando a maternidade; 2. A percepção da importância da maternidade deve mediar a associação entre razões para não ter filhos e preocupações sobre não maternidade, ou seja, mulheres que valoram muito a maternidade terão maior preocupação relacionada à não maternidade; 3. As mensagens sociais para se ter filho mediam a associação entre razões para se ter filhos e preocupações sobre a não maternidade, ou seja, mulheres que reportam alto nível de mensagem social, terão maior preocupação sobre a não maternidade. A partir disso, pôde-se confirmar a hipótese 1; já as hipóteses 2 e 3, por seu turno, não foram confirmadas, pois, segundo os autores, as mensagens sociais para se ter filhos também influenciaram as mulheres voluntariamente sem filhos a pensar mais sobre a não maternidade.

Os quatro estudos do tema *Pressão social* apontam que as mulheres não mães voluntárias sentem a desaprovação geral e de terceiros sobre sua escolha, e que a pressão social é percebida como exercida, sobretudo, por pessoas próximas, como pais, irmãos,

amigos, parentes, parceiros de trabalho, médicos e, às vezes, também, dos parceiros afetivos. Com relação às estratégias de enfrentamento diante dessa pressão, Patias et al. (2009) acreditam que ainda são incipientes, pois não há um embate e sim uma negação ou fuga ao debate aberto. Podemos refletir o quanto essa fuga ao debate aberto, sobre os benefícios da opção pela não maternidade, pode estar ligada à evitação de se falar sobre o mal-estar e os custos da maternidade, tal como ela se constituiu, em nossa cultura. As estratégias são muito mais pessoais, tais como a resignificação da centralidade da maternidade ou a confrontação. Argumentos como taxa de natalidade e peso da vida atual em sociedade são postos pelas mulheres, mas ainda no sentido de justificar a opção. Por fim, destaca-se que, apesar de o Brasil ser um país sexista (IPEA, 2014), no qual ainda está enraizada a crença na maternidade como um “desejo natural e universal” das mulheres, foi encontrado apenas um artigo brasileiro sobre o tema da *Pressão Social* sobre aquelas que decidem não ser mães.

A terceira categoria foram as *Representações sociais e vivências da não maternidade*, na qual foram encontrados 6 artigos (Acker, 1984; Anzorena & Yañez, 2013; Devellis & Wallston; Martinez & Andreatta, 2015; Morell, 2000; Patias et al., 2012; Volsche, 2017) que abordam as representações sociais sobre a não maternidade e, em alguns casos, contam com a contribuição das próprias mulheres, em formato de relatos publicados. De todos os 6 artigos, apenas 1 é teórico (Morell, 2000) e os outros 5 são empíricos; 3 são da América Anglófona e 3 da América Latina (1 brasileiro e 2 argentinos).

No primeiro artigo, Morell (2000) fez um estudo teórico sobre as vivências das mulheres norte-americanas que decidem ativamente não ter filhos, avaliando essa decisão à luz do pós-estruturalismo feminista. Segundo ela, as mulheres que se opõem à cultura pró natalista e decidem não ter filhos, se encaixam em duas categorias de “não”: o “não hesitante” e o “não salvador”. O “não hesitante” diz respeito às mulheres que, mesmo convictas de sua escolha pela não maternidade, passarão por momentos de dúvidas e

incertezas acerca disso. O “não salvador” diz respeito a uma abertura a essa escolha e perpetuação de uma vida sem filhos; desta forma, é o “não” que salva das preocupações e responsabilidades de se criar uma criança. Morell sublinha que as mulheres sem filhos precisam criar um mundo simbólico no qual esta condição seja entendida como normal. Segundo ela, o empoderamento pessoal é de vital importância para a condição de mulher sem filhos e novas políticas públicas deveriam ser criadas para contemplar este grupo.

No segundo artigo, DeVellis et al. (1984) fizeram uma comparação entre três grupos de mulheres estadunidenses: um com mulheres sem filhos por opção tentando esterilização, outro com mulheres grávidas pela primeira vez e o terceiro grupo com mulheres grávidas pela segunda vez, com o objetivo de analisar os fatores de ‘Atitudes, valores e ajustamento social’ das mulheres sem filhos por opção. Foram usados 4 questionários diferentes e, com base nas respostas, pôde-se inferir que as mulheres sem filhos voluntariamente diferiam das demais em atitudes e valores. Elas foram as menos aptas em encontrar recompensas que o “ter uma criança” poderia trazer para suas vidas. Por outro lado, o grupo geral não diferiu em suas percepções acerca dos custos ou aspectos negativos de se ter um filho. Os achados não sustentam o estereótipo de que as mulheres sem filhos possuem um ajustamento baixo às situações.

No terceiro artigo, Patias et al. (2012) apresentam uma pesquisa com 6 mulheres brasileiras na faixa etária entre 29 e 44 anos. O objetivo do estudo foi investigar como se constituem as identidades femininas quando a mulher opta por não ter filhos. A análise de conteúdo deu às pesquisadoras dois eixos principais, ambos baseados na perspectiva de uma negação de significados socialmente instituídos: definidas pela negação de um lugar materno; e responsabilizadas pelo cuidado com os filhos. No segundo eixo temático, as participantes convergem em opiniões de que a mulher é interpelada e responsabilizada pela ideia de cuidado com os filhos, tendo de modificar seus planos e projetos em prol do bem-estar e

necessidades deles. Os resultados mostram que as mulheres que optam pela não maternidade constroem suas identidades a partir de uma negação de representações culturais dominantes. As autoras concluem que a não maternidade voluntária traz significação de vínculos mais fluidos, maior liberdade e possibilidade de participação em outros cenários sociais, construindo, dessa maneira, novas formas de identidade feminina.

No quarto artigo, as autoras argentinas Anzorena e Yáñez (2013) utilizaram uma metodologia de auto etnografia, apresentando suas próprias reflexões individuais sobre a decisão pela não maternidade, no caso de uma das autoras, pois a outra se mostrou ambivalente ante ao desejo. O objetivo do artigo foi fazer uma reflexão entre os temas da ‘maternidade institucionalizada compulsória’, a ‘heteronormatividade’ e ‘a possibilidade de escolher não ter filhos’. As vivências relatadas pela autora que não deseja ter filhos começam com a reivindicação do lugar da “não maternidade” pelo feminismo; passam pela vivência do próprio corpo como pertencente a ela mesma; e o direito do não empréstimo a outro que irá modificar este corpo totalmente. A autora também relata o aborrecimento, o tédio e o cansaço frente à quase obrigação de explicar “por que não” e a sensação de que, ao explicar seus motivos, está de certa forma ferindo ou atacando aquelas que optaram pela maternidade, pois, para ela, a discussão sobre ‘ambivalência’ sequer é considerada, porque é entendido que uma mãe deve amar incondicionalmente, sem espaço para dúvidas. Por fim, também aponta que apesar dos avanços de direitos sexuais e reprodutivos, ainda é um grande desafio para a mulher fixar uma identidade que esteja fora do âmbito biológico da maternidade e sua forma institucionalizada.

Martinez e Andreatta (2015), no quinto artigo, apresentam narrativas pessoais contando as experiências sobre ser uma mulher que escolheu ativamente não ter filhos, na Argentina. As narrativas passam por situações: (1) vividas nas famílias de ambas, acerca da cobrança familiar por ter um filho; (2) pressões médicas acerca da gravidez, uma vez que as

autoras tinham 37 e 38 anos, respectivamente, à época da escrita do artigo; e (3) encontros com pessoas que mal as conheciam e ainda assim cobraram a maternidade. As autoras finalizam realizando uma análise sobre a percepção de terceiros acerca de mulheres voluntariamente sem filhos e o quanto é necessário que haja um lugar social para o “não desejo de maternidade”.

No sexto artigo, Volsche (2017) traz como objetivo do estudo investigar e avaliar a percepção universal sobre o amor romântico comparando 116 mulheres com filhos e 425 voluntariamente sem filhos, todas estadunidenses, utilizando o questionário *Munck et al. Survey* acrescido de três questões abertas. Os achados da pesquisa demonstram que mulheres mães e não mães por opção convergem em representações sobre a importância do amor, da intimidade, da proximidade, da duração e com os aspectos do amor idealizado. No entanto, os dois grupos divergiram completamente na sua relação face à afirmação “carreira é mais importante que o amor”, pois as mulheres sem filhos apoiaram a afirmação e as mães tenderam a discordar dela. As mulheres voluntariamente sem filhos demonstraram ter mais tempo para o parceiro, gozarem de relações mais próximas aos cônjuges e tenderam a acreditar em valores sociais menos convencionais. Além disso, quando estáveis em suas carreiras profissionais, as mulheres se mostraram menos interessadas em parentalidade. A autora considera que o movimento feminista foi e é importante para o crescimento do número de mulheres voluntariamente sem filhos.

Os artigos da categoria *Representações sociais e vivências da não maternidade* apontam para os dilemas presentes na decisão pela não maternidade, dentre eles destaca-se a não centralidade da mesma na definição identitária ou de vida, e uma visão “negativa” do ter filhos (como perda de liberdade, por exemplo). Sublinha-se, em um dos artigos (Volsche, 2017), que a desconstrução das representações da maternidade não necessariamente coloca em xeque outras representações tradicionalmente interpeladas às mulheres, como o ideal do

amor romântico. Por fim, faz-se mister ressaltar que poucos artigos têm sido produzidos sobre representações de vivências da não maternidade no Brasil e na América Latina.

A última categoria foi *Dificuldade de acesso à saúde*, em que dois artigos foram encontrados (Ngoubene-Atioky, Williamson-Taylor, Inman & Case, 2017; Richie, 2013). Esses artigos tentam retratar o quanto a população de mulheres voluntariamente sem filhos encontra dificuldades no campo da saúde. O primeiro artigo (Richie, 2013) é teórico e estudou os aspectos práticos relacionados ao acesso à esterilização voluntária, em casos de mulheres sem filhos por opção. O segundo artigo (Ngoubene-Atioky et al., 2017) é uma pesquisa empírica, realizada com psicoterapeutas. Ambas são pesquisas da América Anglófona.

No primeiro artigo, Richie (2013) tratou das dificuldades da acessibilidade à esterilização nos EUA como método contraceptivo definitivo. Segundo a autora, no Canadá, por exemplo, menos de um por cento das mulheres que não querem ter filhos conseguem esterilização. Dentre os motivos para a negativa está que a mulher seria “muito jovem” para fazer essa opção. Segundo a autora, há algumas décadas a esterilização era uma prática punitiva, eugênica e, em muitos casos, indiscriminadamente praticada, principalmente contra a população mais vulnerável. A autora critica o fato de que ela não possa ser uma alternativa para mulheres que não querem ter filhos.

No segundo artigo, Ngoubene-Atioky et al. (2017) realizaram uma pesquisa cuja finalidade era averiguar a habilidade empática de psicoterapeutas quando atendiam mulheres voluntariamente sem filhos. Participaram do estudo 109 profissionais, que foram convidados a assistir vídeos de mulheres, de várias classes e raças diferentes, sem filhos. Os autores encontraram que mulheres não mães voluntárias frequentemente sofrem com a marginalização social e o estigma resultante de suas escolhas reprodutivas. Segundo eles, estas mulheres são vistas como materialistas, egoístas, individualistas, menos nutridoras,

autônomas, desajustadas e pouco desejáveis. O estudo encontrou que a empatia dos terapeutas varia de acordo com a idade e situação econômica da mulher, de forma que quanto menor a idade e a situação econômica, maior a empatia dos psicoterapeutas. A recomendação é que terapeutas que atendam mulheres voluntariamente sem filhos sejam capazes de desenvolver maior empatia e que sejam críticos quanto à cultura conhecida como “pró nascimento”.

Mesmo que a América Anglófona seja pioneira nas pesquisas sobre mulheres voluntariamente sem filhos, as duas pesquisas desta categoria (Ngoubene-Atioky et al., 2017; Richie, 2013) apontam dificuldades de acesso à saúde, havendo inclusive uma espécie de barreira entre os próprios profissionais da Psicologia. Segundo Zanello (2016), a Psicologia ainda está muito aquém da mudança de paradigma epistemológico necessário para dar conta do não desejo de maternidade. Segundo a autora, a compreensão da maternidade nas teorias psicológicas permanece uma grande “rocha” inquestionada, naturalizada, e, muitas vezes, mistificada.

CONCLUSÕES

A partir da revisão sistemática realizada, pode-se destacar que grande parte dos estudos indexados (quase metade) dedicou-se a entender ou levantar os motivos pelos quais mulheres fizeram a opção pela não maternidade. Quase todos apontaram, ainda que colateralmente, para mudanças culturais que vêm ocorrendo em relação ao “ser mulher”. Dentre essas mudanças, podemos sublinhar a possibilidade de realização em outras esferas que não apenas a maternidade. De todos, o que mais se destacou, tanto nas pesquisas Anglófonas quanto brasileiras, foi o investimento/realização em uma carreira profissional. Aqui faz-se mister pontuar a existência de uma representação negativa de maternidade, na qual as mulheres compreendem a vinda de um filho mais como privação e perda do que como ganho de algo. Trata-se de destacar o que o não desejo de maternidade pode estar questionando sobre certo tipo de maternagem e o que ela historicamente impôs às mulheres, como a hiper concentração de responsabilidades, ainda pouco divididas em geral, mais ainda no mundo latino.

Por outro lado, trata-se de pontuar, também, uma separação cultural, crescente, entre maternidade e certa ideia essencialista de “mulheridade”, abrindo para as mulheres uma gama de possibilidades diferentes de advir, fora do “tornar-se mãe”. No entanto, nenhum dos artigos encontrados abordou questões atuais sobre gênero, raça, classe ou sexualidade; ou seja, faltou a problematização de se, como e quanto, essa escolha está disponível para diferentes mulheres, em situações diversas. No Brasil, por exemplo, como sugere o último relatório do IBGE (2015) essa escolha ainda não é acessível, igualmente, a todas as brasileiras.

Em relação às contribuições da Psicologia, destaca-se que foi uma das áreas que mais produziu artigos sobre o tema. Ainda assim, a produção se mostra incipiente face ao

crescimento que este fenômeno tem tido nas últimas décadas. O Brasil contribuiu com cinco publicações, classificadas em três das quatro categorias elencadas neste artigo. São elas: *Motivos* (2), *Impactos* (2) e *Representações e vivências da não maternidade* (1), o que sugere que a Psicologia no país, embora ainda tenha pouca produção na área, já começa a mostrar interesse pelo tema. No entanto, somente dois artigos fizeram alusão ao feminismo ou estudos de gênero, limitando-se a citar Simone de Beauvoir. Artigos em Psicologia, da América Latina e Anglófona, seguiram a mesma perspectiva, com exceção de um, mexicano (Gallardo et al, 2017), que usou em suas referências além de Simone de Beauvoir, Teresa de Lauretis, Marcela Lagarde e Joan Scott. Ou seja, mesmo que os estudos de gênero tenham feito contribuições importantes para a compreensão da construção sócio-histórica da maternidade e seu questionamento, no mínimo nas últimas 4 ou 5 décadas, esses aportes parecem não ter tido o devido impacto na Psicologia. Esse encontro poderia ser promissor, ao munir a Psicologia de um cabedal teórico que a ampare para pensar, dentre outros aspetos, que este não desejo de ser mãe alude, talvez, em relação ao mal-estar da maternidade na contemporaneidade.

É fundamental que haja mais estudos na América Latina em geral, e em nosso país em específico, sobre o tema do não desejo de maternidade em mulheres. São necessárias pesquisas sociodemográficas (que contemplem a especificidade da questão) para levantamento das características dessas mulheres, mas também, pesquisas qualitativas para que seja possível ouvi-las mais e melhor.

REFERÊNCIAS

- Abma, J. C., & Martinez, G. M. (2006). Childlessness among older women in the United States: Trends and profiles. *Journal of Marriage and Family*, 68(4), 1045-1056. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/4122892>.
- Anzorena, C. C., & Yañez, S. S. (2013). Narrar la ambivalencia desde el cuerpo: diálogo sobre nuestras propias experiencias en torno a la "no-maternidad". *Investigaciones Feministas*, (4), 221–239, 2013. Retirado de: <https://revistas.ucm.es/index.php/INFE/article/view/43890>.
- Ariès, P. (1981). *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2012). Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 577-587. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/11.pdf>.
- Beckman, L. J., & Houser, B. B. (1982). The consequences of childlessness on the social-psychological well-being of older women. *Journal of Gerontology*, 37(2), 243-250..
- Blackstone, A., & Stewart, M. D. (2012). Choosing to be childfree: Research on the decision not to parent. *Sociology Compass*, 6(9), 718-727. Retirado de: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1751-9020.2012.00496.x>.
- Bram, S. (1984, February). Voluntarily childless women: Traditional or nontraditional?. *Sex Roles*, 10(3-4), 195-226. Retirado de <https://doi.org/10.1007/BF00287774>
- DeLyser, G. (2012). At midlife, intentionally childfree women and their experiences of regret. *Clinical Social Work Journal*, 40(1), 66-74.

- DeVellis, B. M., Wallston, B. S., & Acker, D. (1984). Childfree by choice: Attitudes and adjustment of sterilized women. *Population and Environment*, 7(3), 152-162.
- Donath, O. (2016). *Regretting motherhood: A study*. North Atlantic Books.
- Fidelis, D. Q., & Mosmann, C. P. (2013). A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. *Aletheia*, (42), 122-135. Retirado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n42/n42a11.pdf>.
- Freire, M. M. L. (2008) 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde*. (15), 153-171. Retirado de: <https://www.redalyc.org/html/3861/386138040008/>.
- Foucault, M. (1996) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA. (*O poder de escolha: direitos reprodutivos e a transição demográfica. Relatório da Situação da População Mundial de 2018*). Brasília: Organização das Nações Unidas. Retirado de: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/SWOP_2018.pdf.
- Gallardo, E. M., & Tovar, M. E. R. (2019). Presión social para ser madre hacia mujeres académicas sin hijos. *Nesses. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 28(55), 64-87. Retirado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=85954254004>.
- Gillespie, R. (1999). Voluntary childlessness in the United Kingdom. *Reproductive Health Matters*, 7(13), 43-53. Retirado de: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1016/S0968-8080%2899%2990111-8?needAccess=true>.
- Houseknecht, S. K. (1979). Timing of the decision to remain voluntarily childless: Evidence for continuous socialization. *Psychology of Women Quarterly*, 4(1), 81-96.
- Houser, B. B., Berkman, S. L., & Beckman, L. J. (1984). The relative rewards and costs of childlessness for older women. *Psychology of Women Quarterly*, 8(4), 395-398.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE.
- Jacobson, C. K., Heaton, T. B., & Taylor, K. M. (1988). Childlessness among American women. *Social Biology*, 35(3-4), 186-197.
- Jeffries, S., & Konnert, C. (2002). Regret and psychological well-being among voluntarily and involuntarily childless women and mothers. *The International Journal of Aging and Human Development*, 54(2), 89-106. Retirado de:
<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2190/J08N-VBVG-6PXM-0TTN>.
- Kaltreider, N. B., & Margolis, A. G. (1977). Childless by choice: a clinical study. *American Journal of Psychiatry*, (134)2, 179-182.
- Kelly, M. (2009). Women's voluntary childlessness: a radical rejection of motherhood?. *Women's Studies Quarterly*, 37(3/4), 157-172. Retirado de:
<https://www.jstor.org/stable/27740584>.
- Koropecykj-Cox, T., Pienta, A. M., & Brown, T. H. (2007). Women of the 1950s and the “normative” life course: The implications of childlessness, fertility timing, and marital status for psychological well-being in late midlife. *The International Journal of Aging and Human Development*, 64(4), 299-330. Retirado de:
<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2190/8PTL-P745-58U1-3330>.
- Machado, J. S. D. A., & Penna, C. M. D. M. (2016). Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos. *REME: Revista Mineira de Enfermagem*. Minas, (20), 1-7. Retirado de: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1108>
- McQuillan, J., Greil, A. L., Shreffler, K. M., Wonch-Hill, P. A., Gentzler, K. C., & Hathcoat, J. D. (2012). Does the reason matter? Variations in childlessness concerns among US women. *Journal of marriage and family*, 74(5), 1166-1181.

- Mondardo, A. H., & Lima, R. F. C. (1998). Nem toda mulher quer ser mãe: outros caminhos para a realização pessoal. *Psico*, 107-128.
- Martinez, A., & Andreatta, M. M. (2015). "It's My Body and My Life" A Dialogued Collaborative Autoethnography. *Cultural Studies? Critical Methodologies*, 15(3), 224-232. Retirado de: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1532708614562901>.
- Matthews, T. J., & Hamilton, B. E. (2019). Total Fertility Rates by State and Race and Hispanic Origin: United States, 2017. *National vital statistics reports: from the Centers for Disease Control and Prevention*, 68(1), 1-11.
- Mollen, D. (2006). Voluntarily childfree women: Experiences and counseling considerations. *Journal of Mental Health Counseling*, 28(3), 269-282.
- Montgomery, M. B. (1989). The decision to have children: Women faculty in social work. *Affilia*, 4(2), 73-84.
- Morell, C. (2000). Saying no: Women's experiences with reproductive refusal. *Feminism & Psychology*, 10(3), 313-322. Retirado de: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0959353500010003002>.
- Movius, M. (1976). Voluntary childlessness. The ultimate liberation. *Family coordinator*, 57-63. Retirado de: <https://www.jstor.org/stable/582482>.
- Myers, J. E., & Navin, S. L. (1984). To have not: The childless older woman.. *Journal of Humanistic Counseling, Education & Development*, (22)3, 91-100.
- Ngoubene-Atioky, A. J., Williamson-Taylor, C., Inman, A. G., & Case, J. (2017). Psychotherapists' empathy for childfree women of intersecting age and socioeconomic status. *Journal of Mental Health Counseling*, 39(3), 211-224.
- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2009). Não tem filhos? Por quê?. *Disciplinarum Scientia-Ciências Humanas*, 10(1), 121-133. Retirado de: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/viewFile/1697/1601>.

- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2012). " Tem que ser uma escolha da mulher"! : representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300-306. Retirado de: <https://www.redalyc.org/html/3093/309326586007>.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- Rice, S. Single, older childless women: Differences between never-married and widowed women in life satisfaction and social support. *Journal of Gerontological Social Work*, v. 13, n. 3-4, p. 35-47, 1989.
- Richie, C. (2013). Voluntary sterilization for childfree women: understanding patient profiles, evaluating accessibility, examining legislation. *Hastings Center Report*, 43(6), 36-44.
- Shea, G. A. (1983). Voluntary childlessness and the Women's Liberation Movement. *Population and Environment*, 6(1), 17-26. Retirado de: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F01255862.pdf>.
- Smeha, L. N. (2009). O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. *Psicologia Argumento*, 27(58), 207-217. Retirado de: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19849>
- Souza, D B. L. & Ferreira, M. C. (2005). Autoestima pessoal e coletiva em mães e não-mães. *Psicologia em Estudo*. (10)1, 19-25, 2005. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v10n1/v10n1a03.pdf>.
- Trindade, Z. A.; Coutinho, S. M. S., & Cortez, M. B. (2016). Ainda é proibido não ser mãe? A não maternidade tratada nas publicações científicas da Psicologia. In Zanello, V.; Porto, M (orgs.). *Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia*. (pp. 141-163). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Veevers, J. E. (1975). The moral careers of voluntarily childless wives: Notes on the defense of a variant world view. *Family Coordinator*, (24)4, 473-487. Retirado de: <https://www.jstor.org/stable/583032>.

- Volsche, S. (2017). A Comparison of Mothers and Childfree Women on the Common Characteristics of Romantic Love. *SAGE Open*, (7)1, 1-8. Retirado de:
<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2158244017701529>.
- Wolowyna, J. E. (1977). Income and childlessness in Canada: a further examination. *Social Biology*, 24(4), 326-331. Retirado de:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19485565.1977.9988303>.
- Zanello, V., & Romero, A. C. (2012) “Vagabundo” ou “Vagabunda”? Xingamentos e relações de gênero. *Revista Labrys*, (22). Retirado de:
<https://www.labrys.net.br/labrys22/libre/valeskapt.htm>.
- Zanello, V. (2016) Saúde mental, gênero e dispositivos. In Dimenstein, Magda (Org.). *Condições de Vida e Saúde Mental em Assentamentos Rurais*. (pp. 223-246). São Paulo: Intermeios Cultural.
- Zanello, V. (2016) Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In Zanello, V & Porto, M. (orgs.). *Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia*. (pp. 101-120) Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação*. 1ª edição. Curitiba: Appris (2018)

**NÃO TENHO E NÃO QUERO TER FILHOS”: UMA LEITURA DAS QUESTÕES
SUBJETIVAS IMPLICADAS NA OPÇÃO PELA NÃO MATERNIDADE, DESDE
UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

RESUMO

Este artigo buscou trazer a perspectiva de 10 mulheres que declaram não desejar ter filhos. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo e os dados analisados foram elencados em quatro categorias que seguem: (1) Histórias fora da caixinha do ‘ser menina’, (2) O que significa ‘maternidade/ ter um filho’, (3) Não ter filho: por quê e para quê? e (4) Pressão social x Apoio. Os resultados mostram que as mulheres, além da questão do não desejo de ter filhos, trazem várias reflexões acerca do mal estar da maternidade nos dias atuais, colocando em xeque, ainda que de forma silenciosa, representações idealizadoras da função e do trabalhos maternos. Recomenda-se que sejam realizados mais estudos sobre a decisão de não ter filhos por falta de desejo/vontade por parte das mulheres, nuances do perfil demográfico dessa população, bem como questões subjetivas e sociais implicadas.

Palavras-chave: não maternidade; sem filhos; não desejo

INTRODUÇÃO

A opção pela não maternidade em mulheres biologicamente capazes de procriarem é algo que tem crescido nas últimas décadas no Brasil (Fidelis & Mosmann, 2013; Leal & Zanello, 2019; Patias & Buaes, 2012), sendo, no entanto, um fenômeno reconhecido há mais tempo em países desenvolvidos, tais como EUA, Canadá e vários países Europeus (Abma & Martinez, 2006; Gillespie, 2000; Jacobson, Heaton & Taylor, 1988; McQuillan, Greil, Shreffler, Wonch-Hill, Gentzler & Hathcoat, 2012; Wolowyna, 1977). Com magnitude crescente, seus desdobramentos impactam a taxa de crescimento populacional, visto que a taxa de reposição populacional no Brasil está abaixo da esperada (IBGE, 2015) e tende a decrescer ainda mais. As projeções para as próximas décadas demonstram um número de pessoas entrando na velhice maior do que o número de pessoas nascendo, ainda assim, poucas pesquisas foram e têm sido realizadas sobre essa temática (Leal & Zanello, 2019).

As escassas pesquisas nacionais, bem como a literatura internacional, têm apontado vários fatores que parecem estar envolvidos nessa decisão, tais como: (a) mudanças no papel e no entendimento sobre o que é ser mulher e como a maternidade impacta a vida das mulheres (Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007; Bram, 1984; Kaltreider & Margolis, 1977; Machado & Penna, 2016; Mollen, 2006; Morell, 2000); (b) características populacionais que podem estar correlacionadas, tais como aumento do nível de escolaridade, aumento nos ganhos financeiros da mulher, menor envolvimento com religião ou mesmo participação em algum movimento emancipatório de mulheres (Abma & Martinez, 2006; Jacobson, Heaton & Taylor, 1988; Shea, 1983; Wolowyna, 1977); (c) carreira profissional, a qual figura como um lugar de grande realização, gratificação emocional e financeira. Secundariamente, a maternidade foi citada como uma possível perda da liberdade (Mondardo & Lima, 1998; Montgomery, 1989; Movius, 1976; Smeha & Calvano, 2009); (d) bem estar psicológico e

ganhos em saúde mental (Beckman & Houser, 1982; Delyser, 2011; Houser, Berckman & Beckman, 1984; Jeffries & Konnert, 2002; Koropecykj-Cox, Pienta & Brown, 2007; Myers & Navin, 1984; Rice, 1989;). De todos os motivos, destacam-se aqueles que colocam em xeque papéis de gênero historicamente construídos e naturalizados em relação às mulheres, sobretudo os relacionados à maternidade.

Como aponta Badinter (1985), a maternidade não traduz a mera experiência fisiológica da procriação, sendo o amor materno algo construído histórica e culturalmente. Nesse sentido, tanto a quantidade, bem como a intensidade de cuidados atribuídos à procriadora em relação ao bebê, variam de sociedade para sociedade e entre diversos momentos na história de um mesmo povo. Em certos povos, à procriadora se atribui apenas o trabalho de parir, sendo a atenção e o zelo pela vida do infante compartilhado com terceiros (Cerqueira, 2009), fato que já fez parte da própria história ocidental, sendo comum, na França do século XVIII, amas de leite lactarem e cuidarem dos filhos alheios. Nesse momento, a taxa de mortalidade infantil era uma realidade impactante na Europa.

Foi a necessidade de consolidação do capitalismo que fez com que Igreja Católica e Estado se unissem, primeiramente na Europa, no projeto de mudança na atribuição dos trabalhos com os infantes e as crianças às paridoras (Badinter, 1985; Del Priore, 1993; Federici, 2017; Zanello, 2018). Tratou-se de um processo de convencimento das mulheres, através do qual se operou uma forte pedagogia afetiva, cujo ideal mor era a representação de Nossa Senhora (Del Priore, 1993), dedicada, abnegada e disponível ao sacrifício. Ser mãe não era uma opção, mas um dever atribuído por Deus, por ter escolhido para cada mulher um corpo capaz de gerar uma vida, ou seja, ser portadora de um útero (Swain, 2007).

A ciência veio lapidar esse discurso, enriquecendo a prática do convencimento e da pedagogia afetiva das mulheres, ampliando as matizes de razões pelas quais a maternidade deveria ser o melhor destino para elas. De furor do útero, na medicina, à não elaboração de

problemas com a própria maternidade recebida, para a psicanálise, os perigos de não ser mãe foram incessantemente apontados (Marcos, 2017). O início do século XX foi marcado assim pela construção da “Maternidade científica”, através dos discursos de vários campos de saber, tais como a medicina, a pedagogia, as psicologias e a psicanálise. Se antes o objetivo era convencê-las a amamentar e cuidar da própria cria em seus primeiros anos de vida, agora a mãe se tornava cada vez mais uma peça chave na compreensão do desenvolvimento da criança. Suas tarefas e responsabilidades não deixaram de crescer, tendo como efeito colateral o surgimento de um sentimento comumente relatado por mulheres mães: o sentimento de culpa materno (Zanello, 2018). As mães, em geral, culpam-se não apenas pelo que fazem, mas também pelo que deixam de fazer, e mesmo pelo que sentem (Donat, 2016; Zanello, 2018).

No Brasil, a realidade não foi diferente. Por um lado, muitos dos ideais cristãos relacionados à maternidade foram importados, através da colonização portuguesa (Del Priore, 1993). Por outro lado, a partir da década de 1920, houve o fortalecimento do discurso da maternidade científica, o qual se aliou aos interesses nacionais, pois respondia à expectativa de crescimento populacional em nosso país (Freire, 2008). Firmou-se então uma concepção de ‘mãe moderna’, a qual ditava não apenas padrões patriarcais de comportamento, mas também transformava as mulheres em cuidadoras dos “futuros cidadãos da pátria” (Freire, 2008). Segundo Zanello (2018), houve a construção de um “empoderamento colonizado”: ao criar um lugar simbólico de reconhecimento identitário para mulheres (talvez um dos únicos acessíveis a muitas delas), a maternidade passou a se configurar como forma de legitimação social e, conseqüentemente, de realização narcísica.

É, sobretudo, através das tecnologias de gênero (Lauretis, 1984), que o ideal materno, dentre outros ideais, é interpelado nas mulheres. Trata-se de produtos culturais que não apenas representam os valores de gênero, mas os recriam e reiteram. O principal veículo

dessas tecnologias seriam os meios de comunicação e a mídia em geral. Segundo Zanello (2018), as tecnologias de gênero constituem forte pedagogia afetiva, favorecendo distintos caminhos privilegiados de subjetivação para homens e mulheres, os quais ela define, seguindo os passos de Foucault (1996), como *dispositivo de gênero*. Para as mulheres, haveria dois dispositivos fundamentais em nossa cultura: o amoroso, mediado pelo ideal estético, e o materno.

O dispositivo amoroso aponta para um processo de subjetivação das mulheres na relação com elas mesmas, mediado pelo olhar de um homem que as escolha. Trata-se da “prateleira do amor”, metáfora construída pela autora e que sublinha o lugar de maior ou menor prestígio que uma mulher pode ocupar, a depender dos seus aspectos físicos, pois a prateleira é mediada por um ideal estético branco, louro, magro e jovem. O dispositivo amoroso mais o ideal estético trazem a noção da beleza como um dever ético a ser cumprido, além de ser um capital matrimonial que erige os homens como avaliadores físicos e morais das mulheres (Zanello, 2018). Se em tal dispositivo o que está em jogo é “ser escolhida”, ter um relacionamento e conseguir mantê-lo, podemos dizer que os únicos privilegiados com essa construção são os homens, que lucram com o desempoderamento e a vulnerabilização das mulheres.

Sobre o dispositivo materno, Zanello (2018) aponta que se trata de um processo afetivo marcado pelo “heterocentrismo”: isto é, no qual as mulheres aprendem a priorizar as demandas dos outros, em detrimento das próprias e de si mesmas. Além disso, relaciona-se com o lugar de “cuidado” e disponibilidade ao outro, sempre esperado socialmente em relação a elas. A maternidade biológica seria o ápice da exigência do funcionamento desse dispositivo, pois a expectativa é que o filho ocupe lugar central e único na vida das mulheres, bem como se espera que seja suprimido sentimentos ambivalentes ou negativos em relação a ele e/ou à maternidade.

Levando em conta essas questões, é necessário questionar: o que faz com que cada vez mais mulheres optem pela não maternidade? Que fatores são levados em consideração na decisão pela não maternidade? Que visão da maternidade têm essas mulheres? E como é compreendida a vida sem filhos? O grupo étnico, ou orientação sexual influencia na maneira como cada mulher orienta a sua escolha?

MÉTODO

Tratou-se de um estudo qualitativo feito por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977) de entrevistas realizadas com 10 mulheres residentes na cidade de Brasília/DF, com idades entre 27 e 43 anos, sendo cinco brancas e cinco negras, que até o momento da entrevista declararam o não desejo de ter filhos. A orientação sexual está assim distribuída: cinco heterossexuais, três bissexuais e duas homossexuais. O salário das participantes variou entre 1,7 e 10 salários mínimos⁵. A maioria possui alguma crença ligada à espiritualidade, sem necessariamente passar pela esfera da religião. Todas as participantes possuem nível escolar superior, algumas com mais de uma graduação e titulações de Mestrado e Doutorado. Apenas uma delas ainda estava frequentando a universidade, mas já em fase de conclusão do curso.

O procedimento de pesquisa foi submetido, avaliado e aprovado em 26/04/2018 pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (IH/UnB) sob número 2.624.737, com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012. As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e agosto do ano de 2018.

⁵ Na época das entrevistas, o salário mínimo vigente no Brasil era de R\$ 954,00.

O modelo de entrevista utilizado foi o semi estruturado com perguntas disparadoras (ANEXO I), tendo duração média de 1h30m, em um único encontro por participante. Os nomes das participantes foram substituídos por siglas que remetem à participação sequencial da entrevista, cor e orientação sexual. As entrevistas foram realizadas em duas localidades diferentes, a fim de atender às necessidades das entrevistadas. Assim, parte foi realizada em uma sala própria para atendimentos psicológicos, localizada na área central da cidade de Brasília/DF e, outra parte, em uma sala do Laboratório de Psicologia (LIPSI), localizada dentro do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro.

A entrevista semiestruturada continha, além das perguntas subjetivas disparadoras, informações de cunho sociodemográfico. A modalidade semiestruturada da entrevista permitiu a realização de uma entrevista direcionada aos objetivos da pesquisa, também permitiu certa liberdade de respostas de acordo com a variedade de conteúdos que puderam ser construídos ao longo do processo de pesquisa (Moura & Ferreira, 2005).

Os critérios para inclusão das participantes foram: ser mulher do ponto de vista biológico, portanto, capaz de gerar um filho, bem como não ter nenhum problema de fertilidade conhecido; ter idade a partir dos 25 anos; Residir no Distrito Federal (DF); declarar não ter filhos por opção; concordar e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os critérios de exclusão foram: estar impossibilitada física ou emocionalmente de participar da entrevista (por observação da pesquisadora ou por declaração da própria entrevistada); estar embriagada ou sob efeito de outras substâncias psicoativas; ter algum transtorno mental que impossibilitasse a compreensão da entrevista; não assinar ou concordar com o TCLE; algum elemento no histórico de vida que fosse entendido como impeditivo para encaixe nos critérios de inclusão.

As informações das participantes selecionadas são apontadas na tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Informações das Participantes

SEQ	NOME	IDADE	RAÇA	SITUAÇÃO AMOROSA	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RENDA PESSOAL *	RELIGIÃO	GRAU DE ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
1	P1	43	Branca	União Estável	Heterossexual	10	Ateia	Doutorado	Professora Universitária
2	P2	30	Branca	Solteira Namorando	Homossexual	4,7	Agnóstica	Mestrado	Professora Universitária e Psicóloga
3	P3	38	Branca	União Estável	Heterossexual	5,8	Agnóstica	Superior Completo	Servidora Pública
4	P4	34	Branca	Solteira	Bissexual	3,1	Ateia	Superior Completo	Autônoma - Fotógrafa
5	P5	38	Branca	Casada	Heterossexual	7,3	Ateia	Superior Completo	Jornalista
6	P6	30	Negra	Solteira	Heterossexual	5,2	Agnóstica	Superior Completo	Bancária
7	P7	27	Negra	Solteira Namorando	Bissexual	1,8	Candomblecista	Superior em curso	Vendedora
8	P8	32	Negra	Solteira Namorando	Heterossexual	4,2	Agnóstica	Superior Completo	Servidora - Pública
9	P9	32	Negra	União Estável	Bissexual	1,8	Agnóstica	Superior Completo	Produtora de Eventos Esportivos
10	P10	31	Negra	Solteira Namorando	Homossexual	3,1	Umbandista	Superior Completo	Psicóloga

*Valores expressos em quantidade de salários mínimos e frações.

As participantes foram convocadas para as entrevistas individuais pela técnica conhecida como “bola de neve” (*snowball sample*), na qual o objetivo principal é conseguir alcançar os sujeitos de pesquisa, por indicação de conhecidos ou outros participantes. De acordo com Vinuto (2014) “esta técnica é útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou quando não há precisão sobre sua quantidade” (p. 204). Dessa forma, a pesquisadora lançou um comunicado via redes sociais com opções de telefone e e-mail para que as interessadas pudessem entrar em contato. Assim que ocorria o contato da interessada, o seguinte protocolo era seguido: explicação do objetivo da pesquisa e dos critérios de inclusão e exclusão. Caso a adequação da participante fosse confirmada, era informado o tempo de entrevista (cerca de 1h30) e a localidade; se a disponibilidade se mantivesse, a entrevista era marcada de acordo com as agendas da pesquisadora e da participante.

A entrevista teve o seguinte roteiro: perguntas sociodemográficas; perguntas sobre aspectos do momento presente em relação à decisão de não ter filhos; e projeções futuras de vida (relacionadas ao tema). As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Posteriormente, duas pesquisadoras, separadamente, exploraram o material e realizaram o levantamento dos temas, os quais foram comparados e, a partir daí, então, foram elencadas as categorias. Os trechos das entrevistas que exemplificam os temas dentro das categorias, logo a seguir, aparecem destacados em *Itálico* e identificados com a sigla (P) de Participante, seguida do número sequencial e as características de cor e orientação sexual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas, quatro categorias foram elencadas: (1) *Histórias fora da caixinha do ‘ser menina*; (2) *O que significa “maternidade/ ter um filho”*; (3) *Não ter filho: por quê e pra quê?* e (4) *Pressão social x Apoio*.

A primeira categoria, *Histórias fora da caixinha do 'ser menina'*, diz respeito ao reconhecimento das entrevistadas de se considerarem diferentes do esperado, pela sociedade, para uma menina/mulher, na maneira de se comportar, pensar, agir, e mesmo em relação a cumprir certo ideal estético.

Ela apareceu em diversos relatos, primeiramente no que diz respeito a experiências infantis, nas quais as entrevistadas (P2, P6, P4, P7) se sentiam desconfortáveis em relação ao que uma menina deveria ser ou fazer. A entrevistada P2 (branca, lésbica), por exemplo relatou que:

Sempre fui uma criança que que era bagunceira, gostava de aprontar, gostava de brincar, queria brincar. Essa coisa de eu ser mais espreitada, de ser mais brincalhona, mais agitada, sempre foi um certo incômodo um certo impasse na minha família assim... Tipo pra minha mãe e pro meu pai, tipo 'minha filha, você não pode fazer isso, você é uma menina, você é uma mocinha'.

As brincadeiras são verdadeiras tecnologias de gênero (Santos, Barbato & Delmondez, 2018; Silva, Bucher-Malischke, Zanello & Ertzogue, 2017; Zanello, 2018) e, não à toa, em países sexistas como o nosso, perdura a divisão entre os tipos de entretenimento tidos como tradicionais 'de meninas' (brincar de bonecas, casinha, cozinha, etc.) e os de meninos (carrinho, luta, etc.). Ao brincar, crianças ensaiam a vida adulta. Foi evidente, na maior parte das entrevistas, o quanto as participantes já se viam como desgarradas dessa projeção de futuro para si mesmas, do que é ser "mulher".

A minha melhor amiga, ela me convencia, às vezes ela falava 'vamos brincar de casinha?', eu falei 'vamos', mas nunca era uma família tradicional, era tipo assim, eu era uma mãe solteira que tinha adotado uma criança e tinha outra criança... Eu fico pensando 'gente, como eu era louca desde pequena'... Porque eu era muito

diferente... Fora do padrão que é esperado pelas pessoas, mas era divertido. [P6 (negra, heterossexual)].

Uma das entrevistadas, P6 (negra, heterossexual), relatou não gostar ou se identificar com brincadeiras com bonecas e de casinha, quando era criança, e ela reconhece que o não desejo de maternidade já se fazia presente desde então: *“Desde quando eu era criancinha, eu nunca quis casar e ter filhos, nunca, eu nunca, eu não gostava de brincar nem de boneca, nem de casinha, nem de nada dessas coisas, achava chato...”*.

Parte das participantes (P1, P2, P4, P7) revelaram que tinham um jeito mais expansivo de querer brincar e expressar a sua própria maneira. *“Sempre fui muito moleque, moleca né, meu irmão é muito introvertido, ele sempre foi uma criança mais quieta e eu muito mais expansiva e era muito moleca”* [P4 (branca, bissexual)]. O comportamento geral, esperado para uma “menina”, de ser dócil e vulnerável, sentimental e bem comportada, também se viu colocado em xeque, causando, algumas vezes, uma espécie de estranheza ou mal estar naqueles que com elas conviviam. Nesse sentido, P7 (negra, bissexual) relatou:

[...] eu sempre fui tipo a menina que era tipo a radical, aquela menina que é corajosa que tipo que vai brigar... vai brigar... batia... o meu irmão fala que quando eu tava tipo no prezinho, uma vez chegou uma carta assim que era ‘querida mamãe, hoje bati, pisei, chutei, esmurrei meu coleguinha, por favor compareça à direção’ [risos].

Já na fase da adolescência, três participantes (P1, P2 e P4) relataram comportamentos que elas mesmas associaram à “rebeldia” ou a uma afirmação fora dos padrões de feminilidade. *“Acho que eu sempre fui caracterizada como mais rebeldezinha, né? Sempre fui caracterizada acho que desde a primeira infância com uma personalidade forte, mais rebeldezinha”* [P2 (branca, lésbica)].

A rebeldia ocorreu como reação a padrões impostos por ambientes religiosos, militares (família com pai militar ou estudar em colégio militar), ou morais-familiares. *“Mas eu fui uma*

adolescente mesmo rebelde, tive muita confusão, muitos conflitos com meus pais. Meu pai sempre foi muito radical com isso, não podia ir dançar, não podia ir pra festa” [P1 (branca, heterossexual)]. O Rock’n’roll proporcionou, nesta etapa da vida, tanto espaço de quebra com padrões ainda entendidos como o da “feminilidade”, como meio de acolhimento quando do rompimento com esses valores. A participante P4 (branca, bissexual) afirmou:

Desde adolescente eu nunca quis ter filho, e aí quando eu tinha uns 16 anos eu comecei a frequentar muito show de punk e aí conheci feminismo com 16/17 anos, movimento feminista dentro do punk. E aí eu vi nisso... eu não queria ter filho mas eu não sabia como argumentar, e aí nisso eu vi uma forma de argumentar não só não ter filho mas muitas outras questões e aí foi quando me identifiquei pela primeira vez com o feminismo.

Já P2 (branca, lésbica) destacou: *“Foi uma época muito boa de amizade fiz muitas amigas, tocava baixo, tinha banda de Rock, aprontava, ia para show de Rock com os amigos, minha família evangélica não deixava eu ir pra show de Rock, então era tudo muito escondido”*. P1 (branca, heterossexual) relatou que montou uma banda de heavy metal,

[...]e isso que foi o que causou maiores problemas, né, eu já gostava de, de heavy metal desde os 13 anos, eu fui começar... eu fui pra uma vertente do metal que é o metal extremo que as temáticas são satanistas... ou seja, eu virei completamente o oposto de tudo [do que a família, religiosa, esperava e praticava].

Outro aspecto importante de discordância em relação aos ideais e padrões de gênero, que apareceu na biografia das participantes, diz respeito a questões estéticas, sobretudo relacionadas ao cabelo e ao corpo (peso). O sofrimento por estar fora do padrão se viu ainda mais intensificado no caso das mulheres negras, por já não cumprirem o ideal de branquitude tão presente em um país racista como o Brasil (Gouveia & Zanello, Prelo). P8 (negra, heterossexual), por exemplo, relatou:

Sempre fui nessa luta de brigar com o peso. Sempre fui gordinha, aí teve a época do aparelho, aí teve a época do cabelo, porque eu usei um produto para crescer o cabelo e aí atrapalhou meu couro cabeludo que caiu o cabelo... então meu cabelo ficou bem curtinho estilo Joãozinho, então eu não podia alisar, porque eu sempre fui uma pessoa que aos 7 anos a mãe já alisava o cabelo, né... e aí eu não pude alisar ali pela minha adolescência, mas por um período de seis meses, depois eu voltei a alisar. Durante muito tempo, eu não me via como negra, eu sabia que tinha alguma coisa errada por ser alvo de tantas coisas, mas não sabia o que era”.

P10 (negra, lésbica) enfatizou também o papel que seu cabelo exerceu em sua dissonância com os padrões estéticos e em sua auto- afirmação como mulher negra:

A própria questão com o cabelo né, de ter que modificar a estrutura do cabelo né, de passar processos horrorosos assim de alisamento, descaracterização do que que era o cabelo... você se olhar no espelho você não se reconhecer, quase nem como ser humano quem dirá como uma mulher né isso assim.

No caso das mulheres lésbicas ou bissexuais, estar acima do peso ou com um cabelo curto, “masculino”, serviu como uma solução de compromisso para se proteger contra as investidas sexistas de homens e evitar ser colocada em um lugar ressentido como desagradável pelas participantes. P2 (branca, lésbica), por exemplo, engordou 40 quilos no ensino médio. Ela mesma aponta:

Eu elaborei que eu tive um ganho secundário enorme de engordar muito, porque embora eu sofresse com a obesidade e me sentisse feia, e rejeitada, era uma forma de eu me blindar de sofrer qualquer tipo de assédio, qualquer tipo de cantada...Quando eu passei pela cirurgia bariátrica, eu tive alguns incômodos dessa experiência com os homens... de ser cantada na rua, uma coisa que não acontecia há anos... quando eu emagreci e comecei a ser cantada, isso me perturbava num nível assim insuportável,

nível insuportável... eu percebi que existia uma função ali naquele peso, aquele peso me protegia de alguma coisa.

Ao perder peso e retornar talvez a um “bom” lugar da prateleira, tornando-se desejável no mercado amoroso heterossexual, arrumou outra estratégia para se proteger do machismo estrutural:

ai depois que eu emagreci, eu comecei a ter esses fantasmas, uma das minhas estratégias foi cortar o cabelo mais curto e foi adotar esse visual que eu tenho hoje, mas ao mesmo tempo, eu comecei a me sentir muito mais feliz nesse estilo, dessa forma eu me senti 100% blindada dos homens, é imediato, é incrível .

Por fim, um outro aspecto que se destacou na fala das entrevistadas (P2, P6, P7, P8, P10) foi a ênfase sobre a importância do estudo e o investimento nele e não nos vínculos amorosos (românticos), o que aponta para um funcionamento diferenciado na relação com o dispositivo amoroso. Como apontado anteriormente, o dispositivo amoroso diz respeito a certa forma de amar que torna central, na vida das mulheres, o ser escolhida, arrumar uma relação e mantê-la. No caso das entrevistadas (P6, P7, P10), o estudo e o investimento na vida profissional (carreira) como forma de mobilidade social ocupou ou dividiu o lugar com essas preocupações. Isso ocorreu sobretudo no caso de mulheres provenientes de famílias negras e/ou mais pobres, mas também em mulheres cujas famílias prezavam por sua independência financeira como mulher. No primeiro caso, o estudo foi tido como um grande capital a ser adquirido, uma porta de acesso a condições melhores de vida. P6 (negra, heterossexual) e P10 (negra, lésbica), por exemplo, foram as primeiras de suas famílias a entrarem em um curso superior, ou pelo sistema de Cotas ou pelo PROUNI. P6 (negra, heterossexual) relata:

Eu nunca me importei muito com essa coisa de namorar e tal, e como eu tinha um foco maior, que era estudar, sempre gostei de estudar, sempre, aí eu fiquei com isso... E aí o meu plano era viajar, meu plano era fazer outras coisas e aí eu não dava muita

trela na verdade. Nunca dei muita prioridade para isso, eu sempre tinha coisas que eram mais prioritárias e até hoje é assim.

Estudar, compreender as coisas, também trouxe mais dissonâncias em relação aos ideais de gênero: “*E aí, quanto mais eu comecei a estudar, mais difícil ficou a relação né, porque aí quando você vê os processos, fica difícil você manter, sabe?*”. P10 (negra, lésbica) destacou o sacrifício realizado por sua mãe para que seus filhos, inclusive ela mesma, estudassem.

No caso de famílias que prezavam pela independência financeira da mulher, era comum a repetição de frases como “estude para não depender de um homem” ou a narrativa de histórias amorosas sofridas e com final infeliz, existentes nas próprias famílias (P7, P8, P10). P7 (negra, bissexual), por exemplo, relatou:

E aí eu passei para o mundo da leitura né, eu fui aquelas do mundo da leitura e eu sempre fui uma boa aluna, foi uma coisa que eu sempre escutei da minha família foi tipo “cara, homens vêm, homens vão”, tipo e dependendo do homem, quando ele for embora, ele vai te lascar e vai te deixar sem nada, e quando você perceber, cê tem dois filhos e um teto e várias contas ou nenhum teto e várias contas e então a minha vó tipo sempre foi muito tipo “ah, estuda, estuda, porque depender dos outros é uma tragédia .

Observa-se que, em geral, desde crianças, grande parte das entrevistadas (P1, P2, P3, P4, P6, P7, P10) relataram que se sentiam “diferentes”, fora do padrão de feminilidade ou do que é esperado pela sociedade de uma menina/mulher. “*Mas eu fui uma adolescente mesmo rebelde por justamente não aceitar os padrões impostos*” [P1 (branca, heterossexual)]; “*Porque eu era muito diferente... Fora do padrão que é esperado pelas pessoas, mas era divertido [risos]*”; [P6 (negra, heterossexual)]. “*Eu sempre me considerei uma pessoa que quebrava padrões*” [P10 (negra, lésbica)]. Algumas foram tolhidas na infância, outras

sofreram forte pressão por manterem um firme posicionamento sobre o que pensavam e/ou desejavam durante a adolescência. No caso de mulheres pertencentes a famílias religiosas, o conflito parece ter sido ainda mais exacerbado (P1, P2, P7, P8, P10).

A segunda categoria, *O que significa 'Maternidade/ Ter um filho'?*, engloba tanto a forma como a maternidade é percebida, quanto os motivos que levariam, segundo as entrevistadas, uma mulher a ter filhos. De modo geral, a maternidade foi percebida como: (a) perda de liberdade (P1, P5, P8, P10); (b) perda de si mesma (P3, P7, P8, P10); (c) excesso de responsabilidades (P1, P5, P7, P9); (d) deixar de existir para cuidar do outro (P1, P10); (e) criação de elo com um homem para o resto da vida (P1). Também apareceu a aversão às mudanças corporais, bem como o medo do parto (P1, P2, P5, P6, P7, P9, P10).

Sobre a maternidade como perda de liberdade (a), P1, P5, P8 e P10 colocaram o quanto as obrigações com um filho (ou mais) podem cercear a liberdade da mulher:

Eu já coloquei pra mim que eu não queria casar e ter filho porque pra mim eu imaginava assim 'vou perder minha liberdade e de fazer as coisas que eu quero' porque eu não me via dentro desse modelo de feminilidade, sabe assim?. [P10 (negra, lésbica)].

A perda da liberdade geralmente é entendida como acompanhada do excesso de tarefas e obrigações (c) a serem cumpridas na maternidade:

A única coisa que às vezes eu penso assim é que talvez eu possa adotar, mas tem essas outras coisas também que eu não estava muito disposta que é socializar com família, levar para o colégio, sair, levar no médico, na escolinha, então adotar eu teria esse trabalho também. [P5(branca, heterossexual)].

Além de ser um trabalho muito desgastante, é também invisível:

A maternidade como é colocada na sociedade é cruel... [risos]... martirizante, injusta, ah... é tipo essa é a sensação, tipo de que é uma tarefa hercúlea que é totalmente

desvalorizada e... sei lá... pra mim soa um fardo que é romantizado. [P7 (negra, bissexual)]

Além do mais, outro fator colocado é que as responsabilidades se estendem por muitos anos *“Primeiro foi esse pensamento de medo, depois de quando a gente fica adulto, né, a responsabilidade que é cuidar de um filho não é um negócio que você solta, vai lá e ...”* [P9 (negra, bissexual)].

Esse trabalho de cuidar e se responsabilizar pode levar a uma perda do contato consigo mesma (b):

Eu percebo que nesse momento que sou eu comigo mesma. Eu encontro tanta coisa, tanta resposta, e na própria relação eu vou encontrando outro sentido na minha convivência que eu não eu não acho que um filho ele venha... Digamos assim fazer essa liga. Eu acho que ele traz uma outra responsabilidade, uma outra forma de lidar com a vida né, e ele traz um outro compromisso que talvez tire a gente da gente mesma e faz com que a gente se volte muito para um outro né. [P3 (branca, heterossexual)]

Ou, em outras palavras, interpela as mulheres ao heterocentrismo, demandado pelo dispositivo materno e ao qual as participantes não parecem estar dispostas: *“Então assim, eu não poder fazer alguma coisa por causa de um filho é uma coisa que eu não quero passar”*, afirmou P8 (negra, heterossexual). Já P10 (negra, lésbica) destacou:

Tudo que me fez não querer não tava ligada ‘ah, em não querer uma responsabilidade’ não tem nada do que as pessoas falam com relação a isso, eu simplesmente não queria aquela vida, não queria ter um filho com um homem, não queria me sentir presa aquele quadrante familiar que todo mundo tem, não porque eu me sinta diferente, porque não me acessa em nenhum canto dos meus desejos.

Trata-se de uma exigência, presumida e implícita, de deixar de existir para cuidar do outro:

as minhas amigas que engravidaram e elas queriam engravidar e falam 'ai, mas é muito bom ficar grávida', eu 'aham, legal'... mas eu não acho que seja verdade e de fato quando o neném nasce, é uma outra coisa... a mulher deixa de existir para cuidar da criança e isso eu vi... tô pensando em duas amigas específicas, nas duas foi o padrão. [P8 (negra, heterossexual)]

A participante P6 (negra, heterossexual) destacou bem a sua não disponibilidade ao heterocentrismo:

Eu não, eu não me vejo grávida, eu não me vejo cuidando de uma criança, eu não me vejo todo o processo não... não me interessa assim, eu não tenho interesse nenhum, não é uma coisa que... Eu não me vejo... Eu me vejo velhinha curtindo a minha aposentadoria, viajando [risos].

A hiper concentração de responsabilidades pelos cuidados com a cria (maternagem) na procriadora, faz com que mesmo a ideia de adoção, para várias das entrevistadas, seja uma opção muito distante:

Eu penso assim se lá na frente eu não adotaria uma criança, mas ao mesmo tempo é tão claro para mim que o desejo não é de não engravidar, e de não ter esse outro dependente de mim. Para mim, política e socialmente, a adoção é fantástica, mas é o mesmo desejo que não existe. E o desejo que me mantém querendo estar nesse caminho digamos, mais comigo mesma, não tem lugar para esse outro que eu vou ter que me responsabilizar né, então pra mim é a mesma matemática. [P3 (branca, heterossexual)]

Duas participantes (P1 e P4) também pontuaram o quanto ter um filho cria um elo (afetivo, mas, por vezes, também financeiro) para sempre com determinado homem, o que

poderia ser um experiência bem ruim. Segundo uma delas, a maternidade é o momento de “descoberta”, para muitas mulheres, das injustiças que as relações de gênero promovem. Nesse tempo, no qual as exigências relativas ao maternar se concentram na mãe e não nos pais, fica claro, para muitas delas, a não opção pela divisão das tarefas e a desresponsabilização dos homens, que podem assumir ou não os cuidados com os filhos, sem maiores consequências para sua vida pessoal e profissional. Essa descoberta pode, por vezes, principalmente quando não se tinha consciência de gênero, ser bastante dolorosa. P1 (branca, heterossexual), por exemplo, destacou:

Porque justamente quando elas, quando elas têm filho que elas vão perceber a grande diferença entre elas e o marido, sabe, e principalmente mulheres bem sucedidas, né... de professoras aqui né, que logo depois que teve filho, tempo depois viu como foi tão injusto e eu acho que elas perderam até o encanto pelo marido depois assim da maternidade. De ser tão sofrido, tão sofrido que por mais que seja um cara legal, parecia que era um cara legal ... cê vai ver se o cara é legal ou não era depois que você tiver filho.

Ou, nas palavras de P4 (branca, bissexual):

Pras minhas amigas, a maior parte do problema não é a maternidade, mas a divisão de tarefas, quando elas começam a reclamar muito eu falo “querida, você não tá com problema com maternidade, é na sua relação, não tem nada a ver com a criança o que você tá falando”.

Além disso, as mudanças corporais e o próprio parto foram apontados como experiências não necessariamente positivas, sendo inclusive aversivas e desconfortáveis para muitas participantes (P1, P2, P5, P6, P7, P9, P10).

E, cara, um negócio assim que me dá um nojo (risos) que vem de dentro sabe assim? Eu já firmei isso assim algumas vezes, eu não me sinto, não me vejo como um corpo

que vai procriar! Eu não consigo conceber sabe, uma coisa crescendo dentro de mim, meu corpo se transformando, eu ficando com aqueles seios enormes e depois saindo leite, amamentando, não! Eu não me vejo assim, cara, não, não sou eu! Não, não é pra mim, eu não tenho nada a ver com esse ser!. [P1 (branca, heterossexual)]

Sobre o parto, P9 (negra, bissexual) afirmou: “*No começo era medo, assim ‘ah, deus me livre ter um filho, um negócio saindo do meio das minhas pernas, não sou capaz’, depois foi ... era físico, assim.... enfim.... acontece um monte de coisa em partos por aí*”. P5 (branca, heterossexual) também afirmou:

É porque é isso, o medo que eu tenho é do próprio parto assim, que a partir do momento que entrou tem que sair, então o parto é uma coisa também que me assusta muito, o processo de estar grávida, tudo que pode acontecer quando a mulher está grávida ou no momento de nascimento que pode ser complicadíssimo, isso é outra coisa também que me assusta.

As participantes P5 e P10 chegaram a engravidar em algum momento de suas vidas. No entanto, optaram pelo aborto. Em ambos os casos, apareceu uma espécie de pânico em se perceberem grávidas e constatarem o não querer: “*Eu lembro que, quando eu soube, não foi uma sensação boa... foi tipo ‘preciso resolver isso’, eu tinha uns 26, 27 por aí...*”. Sobre o sentimento após o aborto, ela revela: “*Alívio, de resolução de problema mesmo, não tive nenhum apego assim, lógico que é doloroso, que você querendo ou não acaba rolando certas projeções. Não me orgulho, mas não me arrependo e é isso*” [P5 (branca, heterossexual)].

P10 (negra, lésbica) também afirmou:

Mas o que eu me lembro da sensação de estar grávida é que não foi uma coisa de plenitude, de ‘que legal’, foi tipo ‘eu preciso resolver’ e aí toda vez que eu pensava isso ‘será que tô atrasada um dia, dois dias’, nunca era uma sensação boa.

Sobre os motivos que levariam uma mulher a querer e decidir (conscientemente) engravidar, as entrevistadas apontaram, sobretudo, as funções que um filho pode exercer na vida da mãe-mulher, o que denominamos aqui de “filho-Pharmákon”, a saber: (a) para ter alguém que cuide delas quando velhas (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10); (b) reduzir conflitos entre o casal (P3, P4, P7); (c) centrar-se na vida e deixar de ser louca (P1, P3, P7); (d) por não aguentar ficar consigo mesma (P3, P7); e) “tapar buraco” existencial/ trazer sentido para a vida (P3).

Por fim, por mais que seja um preconceito comum, disseminado na cultura e que instigue uma série de questionamentos sociais (Smeha & Calvano, 2009; Zanello, 2018), destacou-se o fato, ressaltado pelas próprias mulheres (P1, P2, P3, P4, P8), de que não querer ter filhos não significa necessariamente ojeriza a crianças. P4 (branca, bissexual), por exemplo, ressaltou: “[...] eu gosto muito de criança, trabalho com criança... e dou muita aula pra criança, eu adoro criança e por isso fica confuso, ‘ah mas você é tão boa com criança’, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra”. Na mesma linha, P3 (branca, heterossexual) apontou: “Eu não quero ter filhos e eu nunca me identifiquei com isso que eu sempre gostei de criança, eu gosto de criança, adoro bebê, sempre cuidei dos nenéns das amigas parceiras da família”. P3 (branca, heterossexual) fez questão de ressaltar que sua escolha não tem nada a ver com um discurso anti-crianças:

[...] não um discurso seco que eu não me identifico de ‘anti filho’, ‘anti crianças’, que às vezes tem uma certa ressaca, ressentimento, uma intolerância com a criança e aí eu não me identifico com isso... mas uma decisão amorosa né, uma decisão amorosa e ética de não querer ter filhos.

A terceira categoria, *Não ter filho: Por que e pra quê?*, abarcou os sentidos e desdobramentos dessa opção de vida, bem como as razões que sustentariam essa decisão. As razões apontadas foram:

- a) visão pessimista da sociedade (P1, P5), como podemos ver no exemplo da fala de P1 (branca, heterossexual):

a gente [participante e o parceiro amoroso] conversa muito em relação ao mundo de hoje... eu sinceramente tenho uma perspectiva um pouco pessimista também das coisas, sabe assim, do jeito que tá... do modo como a nossa sociedade está... sabe, e eu fico pensando assim “a gente educa pra quê afinal?”

- b) reflexões filosóficas e existenciais (P3, P5), exemplificada na fala de P5 (branca, heterossexual):

Deve ser uma percepção muito pessimista das coisas, mas é que se eu tivesse a opção de não nascer eu não teria nascido, eu acho muito, é uma cilada assim, você nasce pra poder morrer, ..., então eu acho que viver é uma dor, é uma angústia constante, apesar de todas as coisas boas, ... , é uma coisa que eu penso de não fazer isso com outra pessoa, então se eu fizer alguém nascer eu vou estar botando essa pessoa no mundo, que eu não acho tão legal assim, que é bem horroroso, então eu às vezes eu falava assim ‘eu acho que eu amo tanto meu filho que eu não quero nem que ele exista’.

- c) consciência planetária e política (P3, P5, P7). Os relatos foram de preocupação com a superpopulação e os rumos que a humanidade parece estar tomando. Pensar desta forma também é ser altruísta, segundo as participantes. P3 (branca, heterossexual), por exemplo, destacou:

Porque ter filho é pra sempre e não ter filho também é pra sempre, a não ser que você adote é claro, uma decisão nobre de não se ter também, é nobre ter filhos né, mas também é muito nobre não ter, olha o mundo como tá superpopuloso e tal, então essa questão da responsabilidade com os filhos,

pode ser um ato bastante egoísta inclusive né, problematizando ao avesso porque geralmente o egoísta é o que não quer ter né? e aí eu fui percebendo, foi me dando um alívio, uma sensação de que é uma escolha super digna.

- d) falta de desejo de ser mãe (com a ressalva em algumas falas, “mesmo gostando de criança”) (P1, P2, P3, P4, P6, P7, P10), a qual apareceu em diversos momentos na vida das entrevistadas, como podemos ver nos seguintes excertos: “*Eu acho que uma das coisas tardias até de eu ter começado a namorar justamente pelo não desejo de maternidade que era uma coisa que já... que eu já tinha certeza assim ‘mãe eu não queria ser’*” [P1 (branca, heterossexual)]

O não desejo apareceu tarde... a heterossexualidade é o normal da vida? Casar e ter filhos é o normal da vida? Sair do armário é já romper com algo da feminilidade, com algo das expectativas tão forte... mas assim, eu achava que eu queria casar e ter filhos... acho que com 20 anos, vinte e poucos já começou tipo assim ‘não sei se eu quero ter filhos’... ‘porque eu quero ter filhos?’ eu acho que assim eu diria que com certeza eu não quero ter filhos há uns 5 anos” [P2 (branca, lésbica)]

“Criança nunca foi um problema então para mim e foi começando a ficar mais claro que realmente não existe o desejo porque meu problema não era bloqueio com criança né, mas uma falta de vontade de ser mãe...” (P3 branca, heterossexual)

“E foi bom porque eu podia assumir que eu não quero ... é uma coisa que eu não tenho vontade nenhuma” [P5 (branca, heterossexual)]

Como apontamos, duas das entrevistadas (P5 e P10) abortaram, quando se descobriram grávidas. Para elas, a experiência do aborto foi uma confirmação de que a maternidade não era mesmo um desejo:

E aí foi um divisor de águas essa gravidez, porque primeiro eu vi que não queria nada daquilo... Assim, se eu tinha alguma dúvida, na verdade não era dúvida, se eu tinha alguma máscara ainda em relação a isso, caiu tudo. ... Para mim a certeza de que eu não queria ser mãe foi quando eu fui, quando experienciei algo no meu corpo que não era, era um corpo estranho né... porque assim eu sempre pensei, sempre assim, de um tempo pra cá, que existem muitas formas de se existir e que a minha existência não passa pela maternidade. [P10 (negra, lésbica)]

Ainda sobre a falta de desejo de ser mãe, foi destacado que não existe uma compreensão para com a mulher que não deseja ter filhos quando ela coloca claramente a sua perspectiva, “*Porque a mulher não é ouvida quando diz que não quer*” (P5 branca, heterossexual). Ou seja, o não desejo não é entendido como uma opção de vida, principalmente numa sociedade onde o ter filhos já é dado como certo em se tratando de mulheres, segundo Trindade e Enumo (2002), como se elas tivessem nascido prontas para a maternidade.

Sobre os desdobramentos da opção pela não maternidade, apareceram os seguintes sentidos: (a) poder ter uma vida centrada em si mesma (P2, P3, P9); (b) ter liberdade para se fazer o que quiser (P2, P3, P9); (c) não ter compromisso, nem responsabilidade por alguém que dependa de você (inclusive financeiramente) (P3, P5, P7); (d) não ter uma vida de mãe-mulher como a que existe em nossa cultura (P4, P6, P7, P8).

Todos os sentidos apontados pelas entrevistadas ligam-se diretamente a uma reação ou resistência ao heterocentrismo imputado, através de diversas pedagogias afetivas, às mulheres, pelo dispositivo materno (Zanello, 2018). O egocentrismo não é apenas aceitável como altamente desejável - para os homens, não para as mulheres. P2 (branca, lésbica), por exemplo, ressaltou: “*Acho que eu tenho esse perfil acadêmico, então eu acho que de ter uma vida centrada nos estudos assim, eu gosto muito de estudar, e sei lá, de viajar ... eu quero*

curtir a minha vida eu mesma assim”. Já P9 (negra, bissexual) apontou a importância da solidão e de ter um espaço para si mesma:

Gente, eu gosto muito ficar sozinha, toda hora que tenho a possibilidade, eu falo ‘vou ali no mercado’, aí eu vou a pé, aí eu coloco minha música, ou eu não faço nada, ... Eu gosto de ficar sozinha e ter um filho, nunca mais eu vou ficar sozinha

Explicitando que aquilo que antes podia ser considerado um terror para a mulher, a solidão (Lagarde, 2013), pode ter outro significado, como ser um momento no qual há espaço e tempo para investir em si mesma. P5 (branca, heterossexual), por sua vez, destacou a liberdade em não ter que socializar, quando não se está a fim:

Eu gosto da minha rotina também, é uma parte um pouco mais egoísta, não sou uma pessoa de estar em família o tempo todo e tal, então acho que quando você tem filho você tem que dar essa oportunidade para eles, de conviver tio, primo, amiguinho, festas, ir para rua e eu sou muito preguiçosa, eu tive uma fase ruela mas agora eu estou super caseira. Então essa coisa do social eu não estou a fim.

P3 (branca, heterossexual) destacou os benefícios que não ter um filho pode trazer para sua vida, inclusive no que tange a questões financeiras: *“Adoro viajar, eu gosto muito da minha solidão, eu gosto muito da minha falta de compromisso com outras coisas e poder gastar o meu dinheiro comigo mesma né, é caro esse investimento, né...”*. P2 (branca, lésbica) ressaltou o gozo de uma vida mais livre, onde as decisões podem ser tomadas sem amarras a outrem

Pra mim é muito de boa, de não ter filhos, de pensar ‘que que eu vou fazer da minha vida?’, vou fazer o que eu quiser, porque eu não vou tá presa... [risos]... eu vou viajar, eu vou fazer um curso fora, eu vou fazer o que eu quiser, o que der na minha telha.

Ou, nas palavras de P3 (branca, heterossexual), ter a liberdade de poder ir e vir: *“cara, não topo ter filho não, eu quero fazer outras coisas, é fofinho, eu acho que tem que ser cuidado, mas eu não... é um outro tempo assim”*.

Em relação a não ter uma vida de mãe-mulher como a que existe em nossa cultura, as entrevistadas (P4, P6, P7, P8) ressaltaram o quanto esta tarefa é pesada em nossa sociedade, por colocar nos ombros daquela que procriou a responsabilidade total pela criança. Trata-se de um mal estar da maternidade pouco discutido, explicitado, debatido e que leva, muitas vezes, as mulheres mães, na percepção das participantes da presente pesquisa, a um estado de solidão e desamparo: *“Porque [a maternidade] deveria ser uma coisa social, uma responsabilidade social e da família né, do pai, da mãe, dos Pais, do... de todo mundo né, mas não, hoje é uma coisa muito, muito isolada, solitária mesmo”* [P4 (branca, bissexual)].

A quarta e última categoria, *Pressão social x Apoio*, engloba as falas sobre a percepção acerca da pressão social para se ter filhos, bem como o apoio na decisão de não tê-los. A categoria mostra, por um lado, o quanto a sociedade cobra a maternidade das mulheres personificando esse discurso nas mais variadas instâncias (familiar, social, médica). Por outro lado, o apoio às mulheres que não desejam ser mães vem dos lugares mais empáticos, de pessoas que estão na mesma situação, ou, em menor número de casos, de pessoas que têm a cabeça mais aberta para entender o não desejo de maternidade.

Sobre a *Pressão Social*, as participantes identificaram de onde vem o sentimento de opressão para que elas se tornem mães. As falas em forma de cobrança aparecem, sobretudo, por parte:

- a) da mãe, “exigindo” netos (P2, P4, P6, P8, P9). P6 (negra, heterossexual), por exemplo, relatou:

A minha mãe fala ‘ah, mas você não vai me dar um netinho?’ ‘ah, mas você vai ter, eu ajudo a cuidar’, eu falei ‘ajuda a cuidar? Primeiro que eu não acho

certo você ajudar a cuidar porque afinal, você já fez a sua parte, já cuidou das suas filhas, segundo que ajudar a cuidar não é cuidar, a responsabilidade vai continuar sendo minha’.

P9 (negra, bissexual) também destacou:

A minha mãe tinha uma vontade de ser vó, mas eu conversei com ela e eu disse ‘mãe, você escolhe se você tem filhos e eu escolho se eu tenho filhos’, é outra coisa, ela não pode me ter, pensando que quer netos, porque o neto, tem que ser um querer meu e eu não quero.

Em alguns casos, a cobrança da mãe provoca um sentimento de culpa e dívida:

Minha mãe fala ‘todas as minhas amigas têm netos... você já tem mais condições do que eu quando engravidei de você’ eu vejo que ela fica muito triste quando eu falo que não quero. ‘Eu quero muito ter um neto, será que eu vou ver meu neto?’... o da minha mãe é o que mais me machuca, porque como minha mãe lutou demais para dar tudo que ela me deu, eu me sinto em débito, então essa coisa de fazer faculdade e trabalhar, eu só queria poder retribuir um pouco das coisas que eu recebi dela, né, eu sei que o neto seria o mais fácil. [P8 (negra, heterossexual)]

Essa cobrança por netos sofre transformações: caso a mulher seja lésbica assumida, a cobrança parece esmorecer; caso seja bissexual, ela aparece de forma contundente somente quando a mesma está em uma relação com um homem. Neste sentido, existe um “roteiro” (*script*) social, marcado pelo ideal da heterossexualidade e que mantém a visão tradicional de casamento + filhos. Ser lésbica assumida ou estar em uma relação lésbica pode, assim, ser um fator protetivo, nesse quesito, de estar liberada das cobranças sociais em relação a se ter um filho. Por outro lado, é preciso destacar que, por trás desta aparente sensação de

protetividade, o que se encontra é a concepção social da reprodução dentro de um modelo heterossexual, o que faz com que outros modelos enfrentem certa resistência médica e jurídica, além da social (Vargas & Moás, 2010). Como destacou P2 (branca, lésbica):

Eu acho que eu dou sorte com a coisa da homossexualidade, que é tipo assim, acho que eles não depositam essa esperança em mim ... nunca ninguém me pediu um neto ali. Eu acho que a gente já rompeu ali, a linhazinha primeira, de tipo normas da vida, como a gente já rompeu ela, eu acho que às vezes é até isso que rola com os meus pais.

- b) dos amigos, sobretudo mulheres que já têm filhos (P1, P2, P3, P4, P7, P8). Parece haver uma tentativa em tornar comum essa experiência, para compartilhar a nova fase da vida:

E eu já fui tratada de outra maneira por outros amigos que tiveram filhos. Que aí, eu que tive que me afastar porque a cobrança era enorme, sabe? A cobrança de 'olha, pega aqui pra você, segura minha filha no colo pra ver se realmente te dá alguma vontade de ter filho aí, não sei o quê', sabe, esses tipos de brincadeira, forçado que também aí me fez me afastar um pouco também de quem também teve filho e ficou tipo é... forçando a barra... sabe?. [P1 (branca, heterossexual)]

Ou nas palavras de P3 (branca, heterossexual):

Quando essa minha amiga veio me contar quando ela teve filho pela primeira vez ela achou que eu também ia mudar, já que ela mudou de ideia eu poderia mudar também e isso me incomodou, eu não esperava isso dela a gente conversou, então tiveram poucos momentos que eu me senti cobrada, esse foi um deles.

Uma das entrevistadas claramente ressaltou que parece haver uma expectativa de compartilhamento do “cárcere”, alguém pra dividir os sofrimentos:

Inclusive essa amiga que eu sei que se arrependeu de ser mãe, parece que ela quer uma companheira para o sofrimento, sabe? Inclusive ela ‘não, mas é muito bom, inclusive eu vou ser sua doula’, eu ‘gente, pelo amor de deus, eu não quero, eu não quero. [(P8 negra, heterossexual)]

Novamente, o mundo lésbico parece ser marcado por uma diferença, havendo espaço mais claro para o lugar do não desejo de maternidade: “*Eu não sei, eu estou presumindo que talvez tenha muita diferença a socialização hétero da homossexual, porque não existe nenhum tipo de cobrança ou de comentário no meu circuito de amigos sobre ter filhos ou não*” [P2 (branca, lésbica)]. Estar solteira também retira a mulher da exigência de ter filhos (talvez a coloque na de arrumar um parceiro, marido):

Quando você tá ali na configuração casamento perto dos 30 com um homem, aí tudo encaixa né, então nessa época eu sentia as minhas amigas que têm filhos, mais moles assim ‘ai, mas nem agora...’ depois que eu separei ninguém nunca mais falou disso, é isso, é louco, porque são pessoas muito esclarecidas, mas isso não é mais um assunto, solteira não tem filho. [P4 (branca, bissexual)]

- c) dos profissionais de saúde (ginecologistas, enfermeiros, profissionais diversos) (P3, P5, P8) com destaque para os/as ginecologistas. Estes são ativos na hora de cobrar, sem no entanto refletirem sobre o lugar do direito ao próprio corpo que as mulheres têm. Pelo contrário, se utilizam de falácias médicas para, de certa forma, coagir as mulheres a terem filhos:

Em 2015 eu descobri que eu estava com início de endometriose, e a primeira coisa que foi todo mundo fazendo terrorismo da Medicina, dos médicos sobre os exames que eu fiz, é que eles foram taxativos dizendo que as mulheres que têm endometriose são as mulheres que optaram por não ter filhos. Eu achei uma certa violência discursiva nos médicos, essa coisa do tipo ‘toma aí essa endometriose, tá vendo, não quer ter filho’. [P3 (branca, heterossexual)]

É como se o discurso da maternidade científica (Freire, 2008) ainda estivesse vigente:

Até do ginecologista, ‘você tá no ápice, por que que você não quer?’ eu tenho endometriose, a minha é grau um, eu não tô infértil e tal, mas na primeira vez ‘olha, você vai ter que acelerar o seu processo, senão você não engravida’. Teve um médico que falou ‘a melhor coisa pra endometriose é engravidar’ e eu ‘não quero engravidar’, como é que eu vou resolver um problema com outro? [P8 (negra, heterossexual)].

P5 (branca, heterossexual) destacou a importância de uma maior conscientização dos profissionais de saúde sobre a possibilidade de mulheres não desejarem ter filhos:

Eu acho que médico e profissional da saúde tem que saber que é um problema de saúde pública mesmo o tanto de gente que tem sem querer ter, e pessoas que tem problemas psicológicos porque não foram filhos queridos, a quantidade de gente que não precisaria existir se os pais assumissem que não queriam ter e enfim.

- d) Por fim, a pressão e cobrança social para ter filhos aparece mesmo quando ela não é explícita, pois, como apontamos anteriormente, ela está presente nas mais diversas tecnologias de gênero (Lauretis, 1984):

Como se eu não pudesse ter uma família sem filho, né? então há uma cobrança. A cobrança, ela já não é tão explícita, mas ela continua assim... nem meu pai lá em casa nem minha mãe chega pra mim e cobra pra mim ter filhos (...) A felicidade é essa coisa de que é... é a imagem... é... as imagens que, que estão na televisão, ... das musicas e em todo lugar da cultura né, de que ter filho, uma família com filho é que é uma família feliz... e de que você como mulher também só vai se sentir um ser completo se tiver filho” [P1 (branca, heterossexual)].

Os argumentos utilizados para convencê-las a ter filhos são diversos:

- 1) o discurso do “relógio biológico”, baseado no imaginário popular de que existe, na biologia feminina, uma espécie de marcador de tempo, que em algum momento da vida virá à tona em forma de desejo pela maternidade: *“Já houve algumas conversas sobre relógio biológico e ‘ah, mas o relógio tá batendo, tá batendo’... eu ‘pô, não tá batendo não”* [P7 (negra, bissexual)]. Essa representação social parece tão arraigada na sociedade, que mesmo tendo consciência do seu não desejo, P3 (branca, heterossexual) achava que em algum momento isso iria acontecer:

Na verdade eu não tinha desejo de engravidar, mas eu achava que esse desejo ele surgiria eventualmente, ... eu achava que o tempo ia passar, que eu ainda ia ter diferentes companheiros e que em algum momento ia surgir o desejo, e passei dos 30 anos e esse tempo não vinha né, simplesmente não chegou”.

- 2) “Você vai mudar de ideia...”. Trata-se do discurso de pessoas que acreditam ser impossível uma mulher não desejar ser mãe e, portanto, tentam convencê-las de que, fatalmente, esse quadro vai mudar, ou seja, é apenas temporário. Segundo P8 (negra, heterossexual), “Todo mundo fala que eu vou mudar de ideia, e em alguns

momentos eu falo ‘será que eu vou mudar de ideia?’, porque a gente fica pensando nisso, sabe, se eu vou mudar de ideia”. Independentemente da passagem do tempo e da idade da mulher, continuam afirmando que isso vai acontecer: “As pessoas falam que vou mudar de ideia, aí eu falei ‘vamos esperar esse momento’, tô esperando, não consigo ver” [P9 (negra, bissexual)]. P4 (branca, bissexual) revela ainda a desqualificação de seu não-desejo, presente nesse tipo de discurso: “*Desde a adolescência eu não queria e todo mundo me contradizia dizendo ‘ah você é nova, né’, mas eu to com 34 [anos] e isso não mudou*”.

- 3) “Condenação na velhice”. A clássica pergunta “*Quem vai cuidar de você?*” veio à tona em todas as entrevistas, revelando que, para a sociedade, um filho é quase como uma aposta de cuidados na velhice da mulher: “*É o fato de que ‘quem vai cuidar de você no futuro?’, essa carga do tipo assim ‘voce vai ficar sozinha’, isso é o que mais marca assim, de achar que você vai ficar sozinho, sabe, e que isso é uma garantia.*” [P1 (branca, heterossexual)]. Muitas entrevistadas (P1, P3, P4, P6, P7, P8, P9) questionaram essa “aposta”. P7 (negra, bissexual), por exemplo, disse “*O fato de você ter um filho, não garante que ele vai cuidar de você, nem que ele vai te amar, ainda tem essa, né? Então tipo, parece muito uma jogada incerta assim*”. P9 (negra, bissexual) complementa: “*eu falei ‘gente, esse não pode ser um motivo’, né, inclusive porque pode ser que não cuide, porque ele vai lá viver a vida dele, você não faz um filho pra ele poder cuidar de você, não faz sentido*”.

Em geral, ao se questionarem sobre seu futuro envelhecimento, as entrevistadas revelaram suas apostas afetivas nos(as) companheiros(as); amigos(as) (muitas destacaram a possibilidade de envelhecer junto, em comunidades); e até na possibilidade de um asilo diferenciado, com boas condições.

- 4) “É muito egoísmo!”. Essa frase é evocada para nomear as mulheres que não desejam ter filhos. Para muitas, trata-se justamente do contrário, quando, dentre outras razões, opta-se pela maternidade imaginando os cuidados futuros que serão recebidos por parte do filho. Como sublinha P6 (negra, heterossexual):

Ah, quando você tiver velha, quem vai cuidar de você?. Você tá tendo filho é para você ou para o mundo?. É muito egoísmo esse pensamento né, primeiro porque você não tem certeza nenhuma de que a pessoa vai estar aí para cuidar de ti quando você tiver velha, e é muito ruim você tem um pensamento de ‘vou ter um filho para cuidar de mim quando eu tiver velha’, a pessoa não vai ter a própria vida?”.

Em relação ao apoio recebido na decisão de não procriar, as participantes revelaram que é sobretudo nos amigos e familiares que não têm filhos e nos parceiras/os afetivas/os (P1, P3, P4, P5, P6, P9), em que encontram maior empatia: “É, pelo menos eu tenho o apoio dentro da família, porque se não, eu acho que realmente seria difícil. Meu marido apoia, porque ele também, acho que a gente se uniu em torno dessa concepção”, destacou P1 (branca, heterossexual). Já P5 (branca, heterossexual), P3 (branca, heterossexual) e P9 (negra, bissexual) ressaltaram respectivamente: “Próximo a mim todo mundo me apoia, me entende.”; “Eu me sinto apoiada pelo meu companheiro.”; “Tem meu marido”. P1 (branca, heterossexual) e P9 (negra, bissexual) apontaram, também, o apoio das irmãs, que também não querem: “eu sinto apoio, por exemplo, da minhas irmãs”; “Tem minha irmã que não quer também”. Já para P5 (branca, heterossexual) e P3 (branca, heterossexual), respectivamente, esse apoio veio de amigas com a mesma opção:

Eu não sei se eu me identifiquei com essas meninas porque elas não queriam ser mães, ou foi uma coisa que meio que por convivência a gente foi criando essa vontade comum de não ser mãe, então a grande parte das minhas amigas não querem ser

mães. Então nessas conversas acho que acabou ficando bem claro, eu comecei avaliar sobre ser mãe ou não e aí ficou bem claro então...;

Eu me sinto apoiada por várias amigas também que tiveram opção de não ter filhos.

Novamente, o mundo lésbico tem suas especificidades:

Eu sei por filme, por novela, por piadas que isso – a cobrança social por filhos – é uma questão na sociedade, mas isso nunca chegou perto de mim, de eu me sentir ‘oh, titia, vou ficar pra titia’. E se eu vou casar e ter filhos, isso não é um incômodo no meio lésbico... eu nunca fui desqualificada, deslegitimada, questionada nos espaços em que eu falei, pelo contrário, tive várias pessoas tipo ‘ah, boto fé, também não quero não. [P2 (branca, lésbica)]

Por último, o apoio também vem de amigos que têm a “cabeça mais aberta” à questão do não desejo de maternidade em mulheres: *“Meus amigos, a maioria é das ciências sociais, então por mais que muita gente tenha filho todo mundo tem a cabeça muito aberta” [P4 (branca, bissexual)].*

Olha, as mulheres que são mães me apoiam bastante... eu tenho muitas amigas que são mães, muitas mesmo assim, mais de dez e de círculo de convivência próximo ... eu tenho amigos que falam tipo “pô, eu amo meu filho mas tipo, mas se eu tivesse a cabeça que eu tenho agora há cinco anos atrás, eu não teria”. [P7 (negra, bissexual)]

Mesmo frente à indelicadeza dos que tentam convencê-las a ter filhos, ficou nítido que todas as entrevistadas mantêm um espécie de cuidado no convívio social em não tocar no mal-estar da maternidade, no trabalho que um filho requer, e no sofrimento que isso pode implicar. *“Eu vejo assim as pessoas cansadas, sofrendo, todo mundo separando depois que tem filhos, e aí é muito indelicado, seria muito mal educado da minha parte ‘olha aí essa experiência que você tem para comparar com a minha’.” [P3 (branca, heterossexual)].* Ou seja, por mais que haja uma renúncia pessoal a certa forma de maternidade e a seus custos, o próprio tema não é

debatido explicitamente por essas mulheres, havendo uma espécie de respeito velado, o qual parece manter o tabu acerca do mito do ideal da maternidade (feliz). Por que se evita tanto falar desse mal estar? Por que não se utiliza esse argumento para contra argumentar aos apelos para que tenham filhos? Um respeito perante outras mulheres? Uma evitação de infringir ainda mais sofrimento para quem já não pode mais voltar atrás? Para responder a essas perguntas, são necessários novos estudos.

Por fim, é necessário destacar que em todas as falas das entrevistadas, quando perguntado se temiam se arrepender da decisão de não ter filho, a possibilidade de adoção apareceu como uma solução de compromisso (Freud, 1917/1988; Laplanche & Pontalis, 1996), apaziguadora. No entanto, algumas reconheceram claramente que isso não seria uma boa opção, pois não resolveria o problema do trabalho que criar uma criança requer, além de levar ao cerceamento de suas vidas e liberdade.

CONCLUSÕES

Várias questões emergiram das entrevistadas, além da questão central ‘o não desejo de maternidade’. É importante apontar que a maioria das participantes estava em relações amorosas estáveis, possui independência financeira e alto grau educacional, quebrando assim o estereótipo de que mulheres sem filhos são solitárias e infelizes. Estar em um relacionamento estável e heterossexual parece apertar uma espécie de gatilho social da expectativa de que o próximo passo será ter filhos. A interseccionalidade com a orientação sexual se faz, assim, fundamental para entender a diversidade de experiências e vivências da não maternidade. Nesse sentido, ser ou estar em uma relação lésbica parece amenizar esse tipo de cobrança. A questão racial também apareceu; no entanto, de forma menos definidora de

como a experiência da escolha pela não maternidade é vivida, e mais como uma razão para não se ter filhos (pois exigiria dedicação duplicada, para educá-los nas questões raciais).

Embora muitas participantes tenham relatado interesses diversos e um jeito mais “diferente” (fora do *script* do ser “menina”) na infância e adolescência, todas passaram pelo processo de interpelação nos dispositivos de gênero (Zanello, 2018). Muitas conseguiram romper com os padrões morais e religiosos do âmbito familiar e negociar com isso individualmente quanto ao não desejo de maternidade. Porém, por mais que a decisão de não ter filhos rompa com o mandato social de precisar da maternidade para se realizar como mulher, sentir-se completa, alcançar plenitude, ainda não são trazidos para o plano político social, em alto e bom tom, os questionamentos acerca do mal estar contemporâneo da maternidade. Assim, todas as entrevistadas destacaram que seria indelicado responder contra as tentativas de convencê-las a serem mães, apontando as perdas e o sofrimento das mulheres nessa condição.

As razões pelas quais se justifica a opção pela não maternidade giraram em torno de várias esferas que vão desde o não desejo de mudanças corporais (além de possíveis riscos, como o parto por exemplo) a questões mais existenciais, como a necessidade de liberdade e solidão, e de ter tempo para si mesmas. Essas razões, em geral, rompem com o heterocentrismo esperado no dispositivo materno (Zanello, 2018). Por isso, não raro, mulheres que não desejam ter filhos são vistas como egoístas. Talvez o mais correto seria afirmar que são “ego-centradas”. Egoístas parecem ser as razões percebidas pelas entrevistadas em mulheres que se decidem pela maternidade: seja resolver problemas pessoais/existenciais/conjugais, seja assegurar uma velhice cuidada pelos filhos. Nesse último caso, o filho seria uma espécie de investimento, uma *commodity*. Todas as mulheres apontaram a possibilidade de adoção no futuro como uma forma de negociação consigo mesmas, caso venham a se arrepender em função da decisão de não ter filhos. No entanto, no

desenrolar mesmo das entrevistas, várias destacaram que a adoção não resolveria o maior problema de se ter um filho, que seria bancar o trabalho e a dedicação demandada para criá-lo e cuidar dele, e seus desdobramentos como perder a liberdade e o tempo para si mesmas.

O não desejo de maternidade parece, assim, questionar a maternidade como construção social e histórica, evidenciando que essa é apenas uma das possibilidades existenciais para as mulheres, mas não um destino fatal decorrente de se ter um útero, e nem um pré-requisito para se realizar como *pessoa*. Talvez um dos desdobramentos desse questionamento seja justamente colocar em xeque certo tipo de maternidade que precisa ser repensado, a redução das mulheres à função de cuidado, e o apagamento dos rastros de sua condição *humana, demasiadamente humana*.

REFERÊNCIAS

- Abma, J. C., & Martinez, G. M. (2006). Childlessness among older women in the United States: Trends and profiles. *Journal of Marriage and Family*, 68(4), 1045-1056.
Retirado de <https://www.jstor.org/stable/4122892>
- Badinter, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- Barbosa, Patrícia Zulato, & Rocha-Coutinho, Maria Lúcia. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185. Retirado de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000100012>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Beckman, L. J., & Houser, B. B. (1982). The consequences of childlessness on the social-psychological well-being of older women. *Journal of Gerontology*, 37(2), 243-250.

- Bram, S. (1984, February). Voluntarily childless women: Traditional or nontraditional?. *Sex Roles*, 10(3-4), 195-226. Retirado de <https://doi.org/10.1007/BF00287774>
- Cerqueira, C. G. (2009). *Zöomo'ri: a construção da pessoa e a produção de gênero na concepção Xavante. Wederã, Pimentel Barbosa, Etenhiritipá*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-30042010-101600/pt-br.php>
- Del Priore, M. (1993). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, Brasil: José Olympio; Brasília, Brasil: Edunb.
- DeLyser, G. (2012). At midlife, intentionally childfree women and their experiences of regret. *Clinical Social Work Journal*, 40(1), 66-74.
- Donath, O. (2016). *Regretting motherhood: A study*. North Atlantic Books.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa*. São Paulo, Brasil: Elefante.
- Fidelis, D. Q., & Mosmann, C. P. (2013). A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. *Aletheia*, (42), 122-135. Retirado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n42/n42a11.pdf>
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freire, M. M. de L. (2008). 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde*, 15, 153-171.
- Freud, S. (1988). Os Caminhos da Formação de Sintomas. In J. Salomão (trad.), *Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVI, pp. 419-440). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917).
- Gillespie, R. (2000). When no means no: Disbelief, disregard and deviance as discourses of voluntary childlessness. *Women's Studies International Forum*, 23, 223-234. Retirado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277539500000765>

- Gouveia, M. & Zanello, V. (no prelo). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*.
- Houser, B. B., Berkman, S. L., & Beckman, L. J. (1984). The relative rewards and costs of childlessness for older women. *Psychology of Women Quarterly*, 8(4), 395-398.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2015). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Jacobson, C. K., Heaton, T. B., & Taylor, K. M. (1988). Childlessness among American women. *Social Biology*, 35(3-4), 186-197.
- Jeffries, S., & Konnert, C. (2002). Regret and psychological well-being among voluntarily and involuntarily childless women and mothers. *The International Journal of Aging and Human Development*, 54(2), 89-106. Retirado de <https://doi.org/10.2190/J08N-VBVG-6PXM-0TTN>
- Kaltreider, N. B., & Margolis, A. G. (1977). Childless by choice: a clinical study. *American Journal of Psychiatry*, 134(2), 179-182.
- Koropecykj-Cox, T., Pienta, A. M., & Brown, T. H. (2007, June). Women of the 1950s and the “normative” life course: The implications of childlessness, fertility timing, and marital status for psychological well-being in late midlife. *The International Journal of Aging and Human Development*, 64(4), 299-330. Retirado de <https://doi.org/10.2190/8PTL-P745-58U1-3330>
- Lagarde, M. (2013). *Solidão como arma política*. Curitiba, Brasil: Herética Difusão Lesbofeminista Independente.
- Laplanche, J; Pontalis, J. B. (1996). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lauretis, T. (1984). A tecnologia do gênero. In H. B. Hollanda (org.), *Tendências e Impasses - o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-242). Rio de Janeiro: Rocco.

- Leal, D. F. da S., & Zanello, V. (no prelo). O não desejo de maternidade: Um fenômeno crescente, mas ainda pouco pesquisado no Brasil. *Gênero e políticas de subjetivação: leituras feministas*.
- Machado, J. S. D. A., & Penna, C. M. D. M. (2016). Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos. *REME: Revista Mineira de Enfermagem*, 20, 1-7. Retirado de <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20160042>
- Marcos, Cristina Moreira. (2017). O desejo de ter um filho e a mulher hoje. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 9(2), 246-256. Retirado de <https://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2017v2p.246>
- McQuillan, J., Greil, A. L., Shreffler, K. M., Wonch-Hill, P. A., Gentzler, K. C., & Hathcoat, J. D. (2012). Does the reason matter? Variations in childlessness concerns among US women. *Journal of marriage and family*, 74(5), 1166-1181.
- Mollen, D. (2006). Voluntarily childfree women: Experiences and counseling considerations. *Journal of Mental Health Counseling*, 28(3), 269-282.
- Mondardo, A. H., & Lima, R. F. C. (1998). Nem toda mulher quer ser mãe: outros caminhos para a realização pessoal. *Psico*, 29(2), 107-128.
- Montgomery, M. B. (1989). The decision to have children: Women faculty in social work. *Affilia*, 4(2), 73-84.
- Morell, C. (2000, August). Saying no: Women's experiences with reproductive refusal. *Feminism & Psychology*, 10(3), 313-322. Retirado de <https://doi.org/10.1177/0959353500010003002>
- Moura, M. L. S. de, & Ferreira, M. C. (2005). *Projetos de Pesquisa: elaboração, redação e apresentação*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Movius, M. (1976, January). Voluntary childlessness. The ultimate liberation. *Family coordinator*, 25(1), 57-63. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/582482>

- Myers, J. E., & Navin, S. L. (1984). To have not: The childless older woman. *Journal of Humanistic Counseling, Education & Development*, 22(3), 91-100.
- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2012). "Tem que ser uma escolha da mulher!": Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300-306. Retirado de <https://www.redalyc.org/html/3093/309326586007>
- Rice, S. (1989). Single, older childless women: Differences between never-married and widowed women in life satisfaction and social support. *Journal of Gerontological Social Work*, 13(3-4), 35-47.
- Santos, A. P. dos, Barbato, S. B. & Delmondez, P. (2018). Polifonia na Produção do Binarismo de Gênero em Brincadeiras na Primeira Infância. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 758-772. Retirado de <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002302017>
- Shea, G. A. (1983). Voluntary childlessness and the Women's Liberation Movement. *Population and Environment*, 6(1), 17-26. Retirado de <https://doi.org/10.1007/BF01255862>
- Silva, J. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Zanello, V., Ertzogue, M. H. (2017). Bonecos como tecnologia do gênero na representação de identidades. In Amparo, D. M., Lazzarini, E. R, Silva, I. M., & Polejack, L. (org.). *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 3, pp. 472-495). Brasília, Brasil: Technopolitik. Retirado de <http://technopolitik.com.br/files/PsiClinCultContemp3v2rp.pdf>
- Smeha, L. N., & Calvano, L. (2009). O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. *Psicologia Argumento*, 27(58), 207-217. Retirado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19849>

- Swain, T.N. (2007). Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In Stevens, C. (org.), *Maternidade e feminismo – diálogos interdisciplinares* (pp. 203-247). Santa Catarina: Editora Mulheres/Edunisc.
- Trindade, Z. A. & Enumo, S. R. F. (2002). Triste e Incompleta: Uma Visão Feminina da Mulher Infértil. *Psicologia USP*, 13(2), 151-182. Retirado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642002000200010>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. Retirado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>
- Wolowyna, J. E. (1977). Income and childlessness in Canada: a further examination. *Social Biology*, 24(4), 326-331. Retirado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19485565.1977.9988303>
- Zanello, V. (2018). Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação (1st ed.). Curitiba: Appris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi investigar a experiência do não desejo de maternidade em mulheres brasileiras, para tentar entender, de um lado, como tem sido visto, tratado e divulgado o fenômeno do não desejo de maternidade; e, por outro, como as próprias mulheres veem e entendem essa “opção”. Consideramos para esta pesquisa casos em que a mulher é biologicamente capaz de procriar, ou seja, a única barreira entre a mulher e a procriação é o seu (não) desejo.

A dissertação foi dividida em dois capítulos. No primeiro, foi feita uma pesquisa bibliográfica na qual ficou evidente a escassez de investigações acerca de mulheres que não querem ter filhos por não desejarem a maternidade. O que ficou claro, também, é que grande parte das pesquisas vêm sendo feitas nos EUA, há pelo menos quatro décadas. Na América Latina, pouco se tem discutido e produzido acerca do tema. No Brasil, os relatórios do IBGE discutem o decréscimo da população e projeção para o futuro, mas sem necessariamente destacar o quanto do não desejo de maternidade está implicado em tais projeções. Também é importante salientar que as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste ainda não computam publicações sobre o assunto e, entre as publicações existentes, pouco ou nada se menciona sobre aspectos de gênero, classe e raça.

O segundo capítulo trouxe o resultado da análise de entrevistas feitas com dez mulheres no Distrito Federal. Todas as mulheres tinham curso superior, carreira e renda própria. As análises revelaram várias elaborações acerca do não desejo e muitos motivos genuínos pelos quais elas decidiram dizer “não” à maternidade, tais como questões que colocam em xeque o heterocentrismo interpelado nas mulheres, em geral, pelo dispositivo materno, bem como um pensamento político e global.

Atualmente, o pensamento sobre a maternidade inculcido na educação da mulher, promete a ela um sentimento de completude, amor inigualável e amadurecimento com a chegada da maternidade, o qual Zanello (2018) inclui como sendo parte desse dispositivo, porém, na verdade, o que resta dessa promessa é, muitas vezes, a responsabilidade de cuidar, educar e a invisibilidade de um trabalho colossal, em forma de “empoderamento colonizado”. Óbvio que há ganhos afetivos, além dos sociais, mas ainda há um espaço pequeno para se falar do mal estar desse “modelo” de maternidade. Como vimos, mesmo que as mulheres não mães por opção coloquem em xeque, na prática, uma de suas bases, sentem-se pouco à vontade, ainda assim, para questionar, em alto e bom tom, o mito da felicidade materna, quando pressionadas socialmente a cumprirem o ideal de se tornarem mães.

Um ponto importante a ser pensado, também, é a necessidade de se responsabilizar os genitores homens e convocá-los a participar do acompanhamento/cuidado familiar, pois grande parte do mal estar da maternidade atual, relacionado ao acúmulo de tarefas e responsabilidades sobre a genitora, advém da negligência dos homens ao não cumprirem o papel de pai.

Várias reflexões sugerem a necessidade da realização de mais pesquisas no país acerca do tema do não desejo de maternidade e dos vários aspectos a ele atrelados. É necessário que o assunto da opção ou não pela maternidade saia da discussão no âmbito apenas pessoal, individual e comece a ser tratado como uma questão de saúde mental e pública. É preciso de que se escute mais as mulheres, não apenas no que nos dizem, mas naquilo que se calam. Talvez seja nas entrelinhas do que não se pode falar que possamos ouvir demandas do que se precisa mudar. É direito das mulheres não quererem procriar e não serem cooptadas a isso. Também é direito delas investir na área da vida que lhes der maior prazer, sem ter sua trajetória desqualificada nem sabotada, afinal mais do que uma “paridora”, o que se coloca é que tipos de existências ela pode e quer escolher.

REFERÊNCIAS⁶

- Brasil. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2014). Sistemas de indicadores de percepção social: tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília, Brasil: IPEA. Retirado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf
- Brasil. UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. (2018). *O poder de escolha: direitos reprodutivos e a transição demográfica. Relatório da Situação da População Mundial de 2018*. Brasília, Brasil: Organização das Nações Unidas. Retirado de https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/SWOP_2018.pdf.
- Brasil. UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. (2019, Maio). Assim como sua mãe? Sete maneiras de entender como a maternidade mudou, ou não, nos últimos 25 anos. Retirado de <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/assim-como-sua-m%C3%A3e-sete-maneiras-de-entender-como-maternidade-mudou-ou-n%C3%A3o-nos-%C3%BAltimos-25-anos>
- Del Priore, M. (1993). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, Brasil: José Olympio; Brasília, Brasil: Edunb.
- Diniz, Debora, Medeiros, Marcelo e Madeiro, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2017, v. 22, n. 2 [Acessado 4 Junho 2019], pp. 653-660. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>.
- Federici, Silvia. (2017). *Calibã e a Bruxa*. São Paulo, Brasil: Elefante.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.

⁶ Aqui estão incluídas apenas as referências utilizadas na introdução e conclusão.

- Freire, M. M. de L. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro. V. 15, pp. 153-171, 2008.
- Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA. (*O poder de escolha: direitos reprodutivos e a transição demográfica. Relatório da Situação da População Mundial de 2018*. Brasília: Organização das Nações Unidas. Retirado de: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/SWOP_2018.pdf.
- Lauretis, T. (1984). A tecnologia do gênero. In H. B. Hollanda (Org.). *Tendências e Impasses - o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-242). Rio de Janeiro: Rocco.
- Matos, M. I. S. (2003). Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: Mantos, M.I.S. & Sohiet, R. (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, pp 107-127.
- Scavone, L. (2001). A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernus pagu*, (16), 137-150. Retirado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>
- Vieira, E. M. (2002). *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia (pp. 103-122). In Zanello, V., Porto, M. (org), *Aborto e (não) desejo da maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília, Brasil: Conselho Federal de Psicologia. Retirado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/CFP_Livro_Aborto-2.pdf
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação* (1st ed.). Curitiba: Appris.

ANEXO A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados Sócio demográficos

Idade: _____

Ocupação: _____

Escolaridade: _____

Renda pessoal: R\$ _____

Raça/Etnia declarada: _____

Estado Civil: _____

Orientação Sexual: _____

Religião: _____

Perguntas disparadoras

- Conte-me sua história de vida.

A partir da história contada pela participante, as seguintes perguntas foram feitas:

- Como é para você a escolha por não ter filhos? Quando isso ficou claro? Quando se tornou uma questão para você?

- Como você entende essa decisão, essa falta de desejo?

- Como você enxerga a maternidade do jeito que é colocada pela sociedade?

- Você já sentiu pressão ou algum tipo de desconforto social ou não?

- Como é/foi o apoio ao expor sua posição de não ter filhos? Quem te apoiou ou apoia? Quem não te apoiou ou não te apoia?

- Como foi essa decisão em relação a você mesma? E nos relacionamentos amorosos, como é?

- Você ouviu algum(ns) argumento(s) contrário(s) para tentar te convencer a reverter a sua decisão? Qual ou Quais argumento(s) é/são esse(s)?

- Que sentimentos esses argumentos te provocam?

- Você consegue ter contra argumentos? Quais?

- Existe hipótese de reconsiderar sua decisão? Por quê?

- Qual a sua expectativa com relação ao seu futuro, incluindo a fase da velhice?

- Se hoje você se descobrisse grávida, levaria a gravidez adiante?

Às mulheres negras foram adicionadas as seguintes questões:

- Você acha que o fato de você ser negra influenciou na sua decisão?

- Você acha que o fator 'cor da pele' dificultou a sua vida amorosa em algum momento? Fale disso.

- Considerações finais.